

01/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Educação](#)

[Matrículas caem 1,3 mi](#)

[Indígenas protestam no país](#)

[2.024 aprovados na UnB pelo PAS](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Futuro robótico](#)

[Melhorar a profissão de professor é um bom começo](#)

[Educação básica](#)

[Projeto de educação domiciliar será complementar à escola, diz secretário executivo do MEC](#)

[Cai número de alunos de tempo integral no ensino fundamental em 2018](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Aula em casa não substitui escola, diz secretário](#)

[MEC apura retirada de vídeos para surdos](#)

O GLOBO - RJ

[Quem vai pagar?](#)

[Renan, o sobrevivente](#)

[Censo Escolar 2018 mostra priorização do ensino médio](#)

[Minas já não está ali](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Matrículas na educação básica têm queda de 3%](#)

Revistas

VEJA - SP

[Falta o básico](#)

[Faxina ideológica](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Adjetivos depreciativos](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Metade dos alunos de escolas públicas estaduais estão atrasados na Bahia](#)

O ESTADO - MS

[Aulas começam em ritmo `lento nas escolas particulares](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[UNIR divulga edital para Mestrado em Administração Pública](#)

JORNAL BOM DIA (RS)

[Diplomada em Química Industrial da URI é aprovada em dois mestrados](#)

JORNAL DA USP - SP

[Invisibilidade de mulheres artistas é tema de revista](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Instituto de Educação de Surdos apura retirada de vídeos de site](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Não existe isso de bolsa de pesquisa com triagem ideológica, diz Marcos Pontes](#)

CORREIO WEB

[Secretário do MEC diz que educação domiciliar não substitui a escola](#)

G1

CLIPPING



[Prouni oferece mais de 3 mil bolsas na região para 1º semestre de 2019](#)

[Censo escolar revela queda no número de matrículas em 2018](#)

[Ufopa consegue conceito 4 de avaliação do MEC; instituição teve 16 cursos avaliados](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[TV pública para surdos apura retirada de vídeos de Marx, Nietzsche e Jean Wyllys](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Educação em casa não substitui a escola, diz secretário do MEC](#)

ATMOSFERA ONLINE

[Diplomada em Química Industrial da URI é aprovada em dois mestrados](#)

JORNAL BOA VISTA

[Diplomada em Química Industrial da URI é aprovada em dois mestrados](#)

PORTAL METODISTA

[Inscrições abertas para Programa Institucional de Dourado Sanduíche no Exterior](#)

AGÊNCIA ESTADO

[ODS 10: Redução das desigualdades pela educação bilíngue para surdos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ensino médio dobra matrículas de alunos com deficiência em cinco anos](#)

[Número 2 do MEC afirma desconhecer proposta de Damares que libera ensino domiciliar](#)

CORREIO WEB

[Abandono escolar e reprovação preocupam especialistas e governo](#)

G1

[Ufra anuncia abertura de novos cursos nos processos seletivos de 2020 e 2021](#)

[As doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica que afetam milhões de pessoas no mundo e no Brasil](#)

R7

[Ensino integral cai no fundamental e cresce no médio, mostra Censo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Em um ano, Brasil tem 1,1 milhão de matrículas a menos no período integral](#)

Imprensa Estadual

PÁGINA 20 - AC

[Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Do sonho ao pesadelo](#)

MEIO NORTE - PI

[ProUni oferece 243.888 bolsas de estudo](#)

Agências de notícias e sites

180 GRAUS

[Inscrições para o curso de Física da UAB vão até esta quinta \(31\)](#)

DIFUNDIR

[UniBrasil abre inscrições para Mestrado e Doutorado](#)

HORA BRASIL

[Inep abre inscrições para tradutores](#)

JORNAL DO SUDESTE

[Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista](#)

JORNOW

[UniBrasil abre inscrições para Mestrado e Doutorado](#)

PORTAL DO AGRONEGÓCIO

[APTA e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Sisu : aluno tem até 4 de fevereiro para comparecer à instituição](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Prefeituras de MG decidem iniciar ano letivo só depois do carnaval](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC confirma censura e erra ao dizer que vídeos saíram do ar na gestão passada](#)

G1

[Prouni 2019 abre inscrições para número recorde de bolsas de estudos](#)

[Pará possui mais de 7 mil bolsas no ProUni para o primeiro semestre de 2019](#)

[UEA abre inscrições para especialização em Epidemiologia e Vigilância em Saúde](#)

[RN tem 1.623 bolsas disponíveis no Prouni para primeiro semestre de 2019](#)

[MPF diz que processo sobre fracionamento de vagas na UFPA continua na Justiça Federal em Belém](#)

PORTAL EXAME

[Sem experiência, defensora do ensino domiciliar assume pasta na educação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Defensora do ensino domiciliar é nomeada para coordenação no MEC](#)

R7

[Inscrições para o ProUni começam nesta quinta-feira](#)

TERRA

[Defensora do ensino domiciliar é nomeada para coordenar formação de professores no MEC](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Educação

Em tempos idos, as escolas brasilienses tinham as matérias que ensinavam civismo e seus alunos respeitavam professores, colegas e servidores. Hoje, em novos tempos, as escolas em Brasília, lembrando presídios, têm muros altos flanqueados de arames farpados. Em suas redondezas e salas de aulas, professores e alunos são ameaçados e muitos agredidos por alguns delinquentes matriculados, ou não, nessas instituições de ensino. Em Goiás e em algumas outras localidades, com aprovação de pais e alunos, muitas escolas têm sido administradas pela Polícia Militar. Em todas essas escolas, sem exceção, as notas escolares dos alunos e seu desempenho em demais áreas, inclusive no seio familiar, têm melhorado substancialmente. A violência nessas escolas contra alunos, professores e servidores, margeiam índice zero. Por essa razão, nós, pais de família, apoiamos a decisão do governador Ibaneis Rocha em implantar a administração militar nas escolas brasilienses.

Elias Honório da Silva,
Águas Claras

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Matrículas caem 1,3 mi

Entre 2014 e 2018, número de ingressos ou permanência no ensino básico recuou.

Só no ano passado, 152,3 mil crianças deixaram de entrar na escola. Censo mostra

redução da procura por colégios públicos entre 2017 e o ano passado

EDUCAÇÃO

Menos alunos ingressaram na educação básica no último ano. O país teve uma pequena queda no número de estudantes matriculados nas escolas. O volume caiu em 152,3 mil ingressos. Passou de 48,6 milhões em 2017, para 48,45 milhões em 2018. A variação negativa de 0,3% está no Censo Escolar da Educação Básica, divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Entre 2014 e 2018, o Brasil teve 1,3 milhão de matrículas a menos. O Ministério da Educação (MEC) está preocupado com o abandono escolar, a reprovação e distorção idade/série (quando o aluno não está na idade e na fase corretas).

A redução se deve à desaceleração das matrículas nas escolas públicas — que representa 81% da educação básica. Na comparação entre 2017 e 2018, essas instituições deixaram de receber 260,4 mil alunos, ou seja, 0,7% menos. O saldo para o setor só não foi pior porque, no mesmo período, colégios privados registraram aumento 1,2% nas matrículas: ingresso de 108,1 mil novos alunos.

Uma das características da educação básica é a discrepância da oferta entre os estados. As redes municipais e estaduais oferecem vagas de maneira heterogênea. A distância chega a 94 pontos percentuais. Para se ter ideia do intervalo, enquanto a rede estadual do Paraná oferece 98,2% do total das vagas, a do Ceará oferta apenas 4,1%. Na média nacional, a rede municipal é a principal forma de ensino fundamental, com 67,8% das matrículas.

Um das tendências percebidas pelo Inep é o abandono de estudantes do ensino médio e uma migração para a educação de jovens e adultos (EJA). Esses estudantes têm histórico de reprovação. Nos anos iniciais oferecidos pelo EJA, a população que se inscreve é adulta, na faixa entre 25 e 30 anos. Nos finais, a faixa etária cai para 19 anos. Com 2,7% menos alunos, o ensino médio mantém 7,7 milhões de estudantes, ante 7,93 de dois anos antes. “Isso mostra que o estudante está, de alguma forma, procurando concluir os estudos”, ressaltou o diretor de estatísticas educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno Sampaio.

Ele observa que a taxa de reprovação alta é um dos fatores que muda a rota da educação. “É um resultado preocupante. O índice de distorção idade/série alcança 11,2% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, 24,7% nos anos finais e 28,2% no ensino médio”, explicou.

Infraestrutura

O Inep catalogou 2,2 milhões de professores nessa fase do ensino, sendo que 78,5% deles possuem nível superior completo. “De forma geral, as regiões Norte, Nordeste e grande parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada” explica o Censo. “No ensino médio, os menores percentuais de formação adequada foram observados nos estados da Bahia e de Mato Grosso, enquanto o Distrito Federal, o Paraná e o Amapá se destacam positivamente”, completa o documento.

Outra distinção do instituto é em relação à infraestrutura. Ao avaliar a disponibilidade de biblioteca ou sala de leitura nas escolas, o Inep concluiu que as piores condições estão nas regiões Norte e Nordeste, com 32,5% e 40,9%, respectivamente. O órgão considera esse “um recurso pedagógico essencial para o aprendizado dos alunos”.

O secretário executivo do Ministério da Educação, Luiz Antônio Tozzi, destacou que a queda no número de matrículas tem início na educação básica inicial. “O ensino médio é um conjunto de reflexos. Ele é o resultado do problema. Temos uma grande dificuldade na alfabetização e na educação inicial”, justificou. Tozzi explicou que a situação se agrava sobretudo pelo fato de as crianças não conseguirem aprender a ler e, assim, serem reprovadas.

Depois, a mudança de escola no começo do ensino fundamental prejudica a continuidade dos estudos. “O aluno vem carregando deficiências que os professores estavam trabalhando. Quando ele muda de condições, perde o esteio e é reprovado. A repetência sempre ocorre nos anos iniciais. Isso acontece porque o sistema é descontinuado”, analisa.

Tozzi defendeu que as famílias sejam incluídas no processo de ensino e defende a educação domiciliar. “A educação em casa complementa o processo. O menino ir à escola está na lei. Os pais devem participar da formação dos filhos. Muitos estão capacitados. Quem é contra ler para o filho? Isso que queremos fortalecer”, diz. O secretário executivo do MEC ressalta que a proposta do governo federal prevê a matrícula contínua obrigatória. Uma medida provisória com as diretrizes deve ser publicada nos próximos dias.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Indígenas protestam no país

EDUCAÇÃO

Ontem, o dia foi marcado por protestos indígenas no país. As ações ocorreram em 22 estados e no DF. Em Brasília, houve manifestação em frente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O ato faz parte da mobilização nacional “Sangue indígena, nenhuma gota a mais”, que busca chamar a atenção para possíveis perdas de direitos na atual gestão federal.

Durante o protesto, Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), criticou a MP nº 870, que transfere as demarcações das terras indígenas, que antes eram da Funai, para o Ministério da Agricultura. Os indígenas acionaram o Ministério Público contra a medida e pretendem acionar outros órgãos. Eles reivindicam que o Ministério da Justiça fique responsável pela pasta.

Os povos também são contrários à municipalização da saúde indígena, que prevê o atendimento deles em centros de saúde, com os demais cidadãos. Hoje, a consulta é feita nas próprias aldeias, com treinamento específico dos profissionais. “A garantia de território é a principal bandeira dos povos indígenas. Trazer a demarcação para o Mapa é uma demonstração clara do governo que não vai mais realizar demarcações, porque está entregue nas mãos do agronegócio” disse Guajajara. Na opinião dela, a Justiça é o órgão que tem preparo e estrutura para fazer estudos e demarcações. “O compromisso do Mapa é com o agronegócio”, disse.

Segundo a coordenadora da Apib, as declarações feitas pelo presidente Bolsonaro sobre as questões indígenas têm ajudado a alimentar a violência, os conflitos e a invasão de terras. Guajajara, que foi candidata à vice-presidente na chapa encabeçada por Guilherme Boulos em 2018, afirmou que, em um mês, ocorreram mais de 15 invasões em áreas de conflito. “O que queremos é o território demarcado para ter direito a

cidadania plena, sendo o que somos, preservando a identidade. Isso não quer dizer que não temos direito a acessar meios tecnológicos e políticos que estão fora das terras indígenas. Queremos, sim, acesso a universidades, a ter celular. Isso não me deixa mais ou menos indígena. As declarações dele representam claramente preconceito, desconhecimento e racismo contra os povos indígenas”, declarou.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

2.024 aprovados na UnB pelo PAS

Cebraspe publica a lista com os nomes dos selecionados no Programa de Avaliação Seriada para o 1º semestre de 2019. Outra relação, com os candidatos que ingressarão na segunda metade do ano, será divulgada em março

Concentração até na hora de procurar o nome na lista de aprovados. Faltando 30 minutos para a divulgação do resultado da primeira chamada do Programa de Avaliação Seriada (PAS), Maria Eduarda Ponte, 18 anos, posicionou-se na Arena do câmpus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB) para a famosa festa do ovo e da farinha. Às 17h em ponto, participou da correria e passeou com o dedo indicador pela longa lista de 2.024 nomes, na expectativa de encontrar o dela. Entre muitas Marias, lá estava a Eduarda. Aprovada em primeiro lugar em medicina.

“Eu tinha ido bem nas provas dos anos passados, sabia que seria possível passar. Mas em primeiro lugar eu não esperava. Estou muito feliz”, relatou, emocionada. Os pais chegaram depois, para, mais uma vez, mostrarem apoio. Segundo a nova estudante de medicina, foram eles quem acompanharam toda a trajetória árdua de estudos dela, que, todos os dias, se debruçava nos livros por 14 horas. Além de estar no topo da lista do curso mais disputado, ocupou o primeiro lugar na classificação geral do Subprograma 2016/2018.

Diferentemente do que ocorreu no ano passado, apenas os nomes dos aprovados para ingressarem à universidade no 1º semestre de 2019 estavam na lista. De acordo com a banca examinadora, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), os selecionados para a segunda metade do ano só serão revelados em 15 de março, depois que forem encerradas todas as chamadas do primeiro semestre.

Uma lista com o nome dos participantes não eliminados também foi disponibilizada no site do Cebraspe. Mas atenção: estar nessa relação não significa que o candidato terá uma vaga garantida, apenas que cumpriu os critérios mínimos. Quem estiver nessa relação deve ficar atento, já que pode ser convocado nas próximas chamadas.

* Estagiário sob supervisão de Mariana Niederauer

Anote

» De hoje a 7 de fevereiro

Registro acadêmico (etapa on-line). O candidato precisa fazer o upload de documentos na página de acompanhamento. Veja a lista de documentos e outras informações na Agenda do Calouro (bit.ly/2MN4rww).

» 6 e 7 de fevereiro

Registro acadêmico (etapa presencial)

» 18 a 20 de fevereiro
Acesso ao número de matrícula

» 21 a 24 de fevereiro
Matrícula em disciplinas

» 13 de março
Início das aulas

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Futuro robótico

Agora o espectro da obsolescência cerca também profissões prestigiadas e bem remuneradas

Um estudo sobre o futuro do emprego no Brasil estimou que, até 2026, 54% dos postos de trabalho, ou 30 milhões de vagas formais, podem ser perdidos para softwares e robôs. A pesquisa, feita por um grupo da UnB (Universidade de Brasília), avaliou o risco a que estão submetidas 2.602 ocupações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/futuro-robotico.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Melhorar a profissão de professor é um bom começo

Autoridades educacionais em todo o país deveriam ter essa medida como agenda prioritária

Um novo ano letivo se inicia e a pergunta feita reiteradas vezes se põe novamente: como fazemos para a educação melhorar, agora que as crianças estão finalmente na escola? Afinal, cada ano de ensino com baixas expectativas e de aprendizado limitado é um período perdido.

Neste ano, já contamos com a Base Nacional Comum Curricular, que estabelece as aprendizagens mínimas que qualquer aluno deve adquirir ao longo de sua escolaridade, o que é um avanço.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/02/melhorar-a-profissao-de-professor-e-um-bom-comeco.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ABERTO

Educação básica

A rede de colégios Matriz vai investir R\$ 15 milhões na abertura de quatro unidades na zona oeste do Rio e na baixada fluminense. As obras terminarão ainda neste ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2019/02/nova-regra-aumenta-restricao-para-devedoras-captarem-recursos-publicos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Projeto de educação domiciliar será complementar à escola, diz secretário executivo do MEC

Tozi diz que não leu o teor da medida provisória que está no Ministério da Família Brasília

O secretário executivo do Ministério da Educação, Luiz Antonio Tozi, disse nesta quinta-feira (31) que o plano do governo para o projeto de educação domiciliar será de promover complementação do trabalho da escola – e não substituição.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/projeto-de-educacao-domiciliar-sera-complementar-a-escola-diz-secretario-executivo-do-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Cai número de alunos de tempo integral no ensino fundamental em 2018 Índice foi de 16% para 11% em escolas públicas; Censo Escolar foi divulgado nesta quinta Brasília

Enquanto a gestão Michel Temer fez um movimento de incentivo a escolas de tempo integral no ensino médio, a proporção de alunos nessa modalidade no ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) teve forte redução no ano passado. Considerando as duas etapas, havia menos alunos em escolas desse tipo do que no ano anterior em escolas públicas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/cai-numero-de-alunos-de-tempo-integral-no-ensino-fundamental-em-2018.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Aula em casa não substitui escola, diz secretário

Secretário executivo do Ministério da Educação, Luiz Antonio Tozi disse ontem que o plano do governo Jair Bolsonaro para a educação domiciliar é ampliar a presença da família no ensino das crianças, mas não dispensar a necessidade de matrícula nas escolas formais. “O homeschooling não substitui a escola, mas complementa o processo educacional”, disse o número 2 da pasta. A ideia é enviar medida provisória sobre o tema ao Congresso.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC apura retirada de vídeos para surdos

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), órgão do Ministério da Educação, instaurou sindicância para apurar a retirada de alguns vídeos do site TV Ines e atribuir as devidas responsabilidades. A pasta informa que os vídeos serão reinseridos na página. A coluna de Ancelmo Gois, no jornal O Globo, mostrou que foram retirados programas que contavam a história de personalidades como Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci e Friedrich Nietzsche.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Quem vai pagar?

No apagar das luzes de 2018, a Assembleia Legislativa do Rio criou uma lei da gratuidade em ônibus, metrô, trens e barcas para universitários. Como não há "almoço grátis" (como ensinou o economista Milton Friedman, guru da atual equipe econômica) a conta, cerca de uns R\$ 200 milhões por ano, será espetada no bolso do contribuinte.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Renan, o sobrevivente

Ontem à tarde, Renan Calheiros ouviu os últimos apelos para desistir de sua ideia fixa. "Você está jogando perigosamente", alertou um colega, em mensagem de celular. "Vai bater de frente com um trem em alta velocidade", disse outro, pessoalmente. O alagoano ignorou todos os avisos. Hoje será candidato a presidir o Senado pela quinta vez. Concorrerá contra a vontade do Planalto e pressão da opinião pública, que o vê como símbolo da velha política. Mesmo assim, é tido como favorito se a votação não for aberta.

Renan é um sobrevivente. Em 2007, escapou da cassação por seis votos. Em 2016, rebelou-se contra uma decisão do Supremo que determinava seu afastamento. Amarrrou-se à cadeia e fez o tribunal engolir o motim. No ano passado, o alagoano resistiu à onda de renovação que varreu congressistas enrolados com a Justiça. Enquanto figuras como Eunício Oliveira, Romero Jucá e Edison Lobão foram derrotados nas urnas, ele conseguiu renovar o mandato e o foro privilegiado.

O senador também tem vencido a guerra contra a Lava-Jato. De 18 inquéritos abertos no Supremo, dez já foram arquivados. Ao desafiar o Ministério Público, ele reforçou a popularidade entre os colegas. Virou presidente do sindicato dos investigados.

Sua capacidade de sobrevivência está ligada ao faro político aguçado. Renan esteve ao lado de FH, que o nomeou ministro da Justiça, e de Lula, de quem virou amigo de infância. Apoiou Collor e Dilma na bonança e os abandonou às vésperas do impeachment. Em 2018, o senador gritou "Lula livre" e pediu votos para Haddad. Nos últimos dias, passou a elogiar Bolsonaro, que fazia planos de dizimá-lo. Ontem o presidente ligou do hospital para lhe desejar boa sorte.

O ministro do Meio Ambiente foi condenado por fraude ambiental. O ministro da Educação disse que as universidades são só para a elite. Agora a ministra da Família é suspeita de raptar uma criança indígena. Por sorte, o ministro da Ciência e Tecnologia já foi ao espaço. Será mais difícil ouvi-lo dizer que a Terra é plana.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Censo Escolar 2018 mostra priorização do ensino médio

Educadores reivindicam investimentos na segunda etapa do fundamental; procura por colégios de tempo integral aumenta

Proposta em 2016, a reforma do ensino médio está se refletindo nos números da educação básica. As principais premissas do novo modelo da etapa, como a progressão para o tempo integral e o estímulo à educação profissional, foram incrementadas de 2017 para 2018. Fora do radar de prioridades do último governo, o ensino fundamental, no entanto, apresentou tendência oposta.

Enquanto o índice de matrículas em tempo integral no ensino médio aumentou 17,8%, no fundamental essa modalidade caiu 32,7%. Os dados aparecem no Censo Escolar 2018 e foram divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Na opinião de especialistas, a priorização do ensino médio pela gestão de Michel Temer, autor da medida provisória que alterou a etapa, acabou deixando de lado o ensino fundamental.

Enquanto em 2017 a taxa de matrículas em tempo integral no fundamental era de 13,9% do total (3,8 milhões) —considerando a rede pública e privada —, em 2018 o índice caiu para 9,4%, o que representa um número absoluto de cerca de 2,5 milhões nessa modalidade. A instabilidade da educação integral nessa etapa tem sido regra desde 2015.

—O tempo integral ainda é muito dependente da indução de políticas públicas. O ensino médio tem mostrado crescimento consistente por conta da política lançada no final de 2016 pelo MEC. No fundamental, a oscilação nos índices é fruto de uma descontinuidade que aconteceu no "Mais educação" (programa de fomento da educação integral criado em 2008) — analisa Caio Sato, coordenador do Núcleo de Inteligência do Todos pela Educação. — O aumento no ensino médio não pode ser impulsionado em detrimento da falta de crescimento do fundamental.

REDE PÚBLICA X PRIVADA

A taxa de matrícula em tempo integral no médio passou de 7,9%, em 2017, para 9,5% em 2018. O aumento foi puxado pela rede pública que, de um ano para o outro, passou de 8,4% das matrículas nessa modalidade para 10,3%. A rede privada permanece estatisticamente estável, registrando 4% das matrículas em tempo integral no ano passado, contra 3,9% em 2017. Apesar disso, a abrangência do tempo integral ainda é muito pequena diante das 7,7 milhões de matrículas do ensino médio. O Censo mostra que há somente 735.335 matrículas no modelo.

Desde 2017, o MEC já repassou R\$ 1,5 bilhão aos estados para fomento do ensino integral. O secretário-executivo do MEC, Luiz Antonio Tozi, afirmou que o órgão está avaliando os programas implantados.

— A reforma do ensino médio também está na lei. Não é intenção nossa mudar grande quantidade de leis agora. A gente tem notícia de que escolas do ensino médio têm tido sucesso em tempo integral — disse, acrescentando que fará um acompanhamento científico da questão.

O número total de matrículas na educação básica caiu de 48,6 milhões, em 2017, para 48,4 milhões em 2018. Entre as etapas da escolarização, apenas a educação infantil apresentou crescimento, de 8,5 milhões para 8,7 milhões no mesmo período. No ensino fundamental, o contingente caiu de 27,3 milhões para 27,1 milhões nesse intervalo. O médio também apresentou queda, passando de 7,9 milhões para 7,7 milhões.

Conforme os anos de escolarização avançam, menos pessoas há no sistema educacional. Enquanto nos anos iniciais do ensino fundamental o número de matrículas é de cerca de

15,1 milhões, nos anos seguintes cai para 12 milhões, chegando a 7,7 milhões no ensino médio. Além da questão demográfica, com menos crianças a cada ano, a queda de matrículas, segundo especialistas, também tem relação com a reprovação de estudantes e consequente evasão.

— Observamos que há um declínio da proficiência dos alunos no segundo segmento do fundamental. Não adianta criar políticas para o ensino médio se não fizermos o fortalecimento do ciclo anterior. Temos que ter consciência que quem chega no ensino médio é o aluno real, que não teve oportunidade de aprender, e não o aluno ideal — explica Anna Helena Altenfelder, presidente do conselho do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Minas já não está ali

Dias depois da irresponsabilidade empresarial que fez a Vale reincidir em crime ambiental e múltiplos homicídios nas Minas Gerais, o governo paraense formou um grupo de trabalho para aferir as condições das barragens de mineração ali instaladas. Matriz de metade da produção de minério de ferro da companhia, o estado tem 91 barragens, 18 das quais classificadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como de alto risco. Secretário estadual do Meio Ambiente, Mauro Ó de Almeida refutou possibilidade iminente de ruptura. E assinalou as diferenças da produção extrativa nos dois territórios: no Pará, as barragens são mais novas, a exploração não completou 50 anos; em Minas, é secular. Tomara o hiato temporal e tecnológico sirva de alerta, em vez de atenuante à degradação de um estado que já é o primeiro no índice de desmatamento da Amazônia Legal. Minas hoje não pode ser o Pará amanhã.

As dimensões reais da sobreposição de catástrofes em duas cidades separadas por 160 quilômetros no intervalo de três anos são dramáticas, desoladoras, pesadas. A extração mineral mal gerida, regulada e fiscalizada rendeu ao Brasil recordes nefastos. Mariana foi o maior desastre ambiental da História nacional; Brumadinho, o maior acidente de trabalho do país e a tragédia setorial com mais vítimas fatais no mundo neste século. Ao fim do sétimo dia de buscas, a Defesa Civil contabilizava 110 mortos e 238 desaparecidos, sem qualquer esperança de encontrá-los com vida. Até então, o rompimento de uma barragem de rejeitos em Taoshi (China), em 2008, provocara 254 óbitos, segundo levantamento do WISE Uranium Project.

Do luto agudo aflorou também a constatação simbólica de fim da resiliência. Consumada a pilhagem das montanhas, deu-se o dismantelamento dos rejeitos. Se é de minério a constituição das Gerais, Minas já não mora ali. A tragédia de janeiro escancarou a derrota de um Estado, o brasileiro, que vendeu sua essência e estocou as sobras. De tempo em tempo, são elas que se esparramam morro abaixo na forma da lama que varre florestas e caminhos e vilas e rios e gente.

Minas exportou seus fundamentos e embarreirou rejeitos. De 57 instalações cadastradas por órgãos fiscalizadores no Relatório de Segurança de Barragens 2017 da ANM, 30 tinha mal to potencial de danos ao entorno. A riqueza natural migrou na forma de minério de ferro, para virar chapa, vergalhão, viga a escorar e desenvolver, sobretudo, outras paragens. A um preço altíssimo. Se levaram o estado a segundo ou terceiro maior PIB do país, royalties, impostos, empregos e renda da mineração fizeram pouco pelo bem-estar dos locais.

No Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros, com base no Censo 2010, os mineiros ficaram em nono, atrás de todos os estados do Sudeste, do Sul, do Distrito Federal e de Goiás. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde fica Brumadinho, foi a oitava em 24. Nenhuma cidade mineira entrou no top tendo IDH-Municipal; a mais bem colocada, Nova Lima, foi a 17ª. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2017), Minas não só ficou abaixo da meta estabelecida para o nível médio, como foi a única unidade da Federação a registrar queda na avaliação dos anos finais do ensino fundamental.

Esta semana, consumada a tragédia, a Vale prometeu eliminar, num prazo de três anos, todas as dez barragens de alteamento a montante que ainda restam das operações em Minas Gerais. Outras nove já estavam em processo, entre elas, Fundão (Mariana) e Córrego do Feijão (Brumadinho), que se romperam. A mineradora anunciou que gastará R\$ 5 bilhões, remanejará cinco mil funcionários e sacrificará 10% da produção anual de minério de ferro e pelotas, 40 milhões de toneladas, para desarmar as bombas-relógios que já detonaram duas cidades e ameaçam outras quatro: Itabirito, Nova Lima, Congonhas e Ouro Preto.

Autoridades estaduais e municipais gritaram contra o impacto fiscal da paralisação. Se aplicado ao pé da letra, o fechamento das minas provocará queda na receita de royalties e impostos em contas públicas já combalidas. Naves fora o que já experimentamos, mais vale a vida. E o meio ambiente. Sem eles, há lama.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Matrículas na educação básica têm queda de 3%

O número de matrículas na educação básica caiu pela segunda vez consecutiva em 2018, puxado pela contínua retração da entrada de jovens no ensino fundamental e médio. A educação infantil (creches e pré-escola), seguiu ampliando seu espaço. Os dados são do Censo Escolar 2018, do Inep.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6100041/matriculas-na-educacao-basica-tem-queda-de-3>

topo ↕

VEJA - SP - ECONOMIA

Falta o básico

Fundador do Insper, Haddad se escandaliza com um ensino que falha até em dar noções elementares de matemática

Em 1999, o economista Claudio Haddad aproveitou a bem-sucedida venda do Banco Garantia, do qual era sócio, para comprar o braço educacional do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), que oferecia educação executiva. Sua primeira medida foi criar os cursos de graduação em administração e economia, que comemoram duas décadas agora em 2019. Haddad resolveu separar a escola de São Paulo das outras unidades, espalhadas por outros estados, em 2004 e transformou a faculdade em uma instituição sem fins lucrativos, dedicada também à pesquisa, que anos depois foi rebatizada de Insper (de Inspirar e Pertencer). Haddad falou a VEJA sobre seus vinte anos à frente da entidade e sobre sua visão do cenário da economia e da educação brasileiras hoje.

O senhor deu uma entrevista a VEJA em 1998 em que revelava o desejo de criar uma filial da renomada Harvard Business School no Brasil. O Insper é a realização dessa aspiração? Eu fiz vários cursos na Harvard Business School, então para mim ela era um modelo importante de escola de negócios. Meu sócio na época era Paulo Guedes (o atual ministro da Economia). Ele viu a entrevista e disse: “Olha, tem essa oportunidade aqui do Ibmecc. Podíamos comprar”. Compramos. Mas aí a coisa evoluiu de outra maneira, foi muito além da escola de negócios.

Qual o legado que o Insper deixa para a sociedade brasileira? Foi uma doação que nós fizemos para o país. O Ibmecc era uma instituição com fins lucrativos. Nós separamos o Ibmecc São Paulo das outras unidades, quitamos todas as dívidas, e o doamos a uma instituição sem fins lucrativos, que é o Insper. As grandes universidades que primam pela geração de conhecimento são, via de regra, sem fins lucrativos. Quando você visa ao lucro, não há por que aplicar em pesquisa. Pode ter excelência de ensino, mas não excelência como entidade acadêmica, universitária, com pesquisa relevante. O legado está aí.

Seu pai fez carreira na universidade pública, e chegou a sub-reitor da UFRJ. O que o senhor levou da experiência dele ao Insper? Minha mãe e meu pai eram professores universitários. Desde cedo, entendi que o grande problema que meu pai enfrentava era a governança. O dinheiro que vai para as universidades públicas não tem nenhuma cobrança de resultados, de metas ou de excelência. Há muitos casos de jogo de cartas marcadas nos concursos, esse tipo de coisa. Gasta-se uma fortuna em educação, muito mais do que há vinte anos, sem que se tenha uma melhora correspondente na qualidade do ensino. Desperdiça-se muito dinheiro público no Brasil.

Daí vem sua vontade de investir em uma faculdade privada? Minha ideia de entrar no Ibmecc veio justamente por ver um vácuo no topo da pirâmide de qualidade educacional no ensino superior brasileiro. As faculdades particulares se concentravam mais na massa, em colocar gente para dentro. O que também é importante. Mas, em questão de excelência acadêmica, o Brasil tinha as universidades públicas, que eu via perdendo terreno por problemas de governança, e umas poucas privadas. Era uma boa oportunidade de ganhar dinheiro, que, de fato, deu muito certo. Fui eu que mudei de objetivo com o tempo e parti para o Insper, sem fins lucrativos.

O novo ministro da Economia, Paulo Guedes, foi seu sócio durante muitos anos. Como o senhor vê a chegada dessa escola liberal a Brasília? Eu perdi o contato com o Paulo desde que nos separamos, lá atrás. E ainda não vi nada concreto na área econômica. Não sabemos o que vai ser a reforma da Previdência, por exemplo, apesar de se falar nisso todos os dias desde o ano passado. Não foi apresentado um programa de governo concreto. Parece-me que as intenções são boas, mas vamos esperar uns meses para ver o que vai acontecer.

O senhor já denunciou publicamente a ideologização da educação no país. Acha que aí está uma questão central da educação brasileira? Pessoalmente, acho que boa parte dos livros didáticos brasileiros, sobretudo os de história e geografia, é muito superficial e tem um viés ideológico. Mas também acho que essa discussão não é central e pode tirar o foco do principal problema, que é a falta de aprendizado adequado em matérias básicas, como português, matemática e ciências. Isso é muito mais importante. É preciso achar maneiras de melhorar o aprendizado no Brasil, dado que menos de 60%

dos alunos se formam no ensino médio e, desses, menos de 10% têm noções de matemática minimamente adequadas. Essa é a grande tragédia nacional.

topo ↕

VEJA - SP - ENTREVISTA

Faxina ideológica

O ministro da Educação diz que o sistema de cotas deve acabar, defende a volta da educação de moral e cívica e mensalidade nas universidades federais

Em novembro passado, o professor Ricardo Vélez Rodríguez, de 75 anos, sentou-se diante de Jair Bolsonaro, na Granja do Torto, em Brasília, para uma sabatina. O presidente eleito estava em busca de um nome para comandar o Ministério da Educação, ainda hoje conhecido pela sigla MEC. “Vélez, você tem faca nos dentes para enfrentar o problema do marxismo no MEC?”, perguntou Bolsonaro logo de início. A conversa durou mais de duas horas. Dias depois, o professor, que nasceu na Colômbia e se naturalizou brasileiro em 1997, foi anunciado como o chefe de uma das pastas mais importantes do governo. Todos os dias, quando deixa o ministério, Vélez é involuntariamente lembrado de sua missão original. Na saída do prédio, há um vistoso totem com um mosaico de Paulo Freire, educador celebrado pela esquerda. O ministro não pretende remover o monumento ali instalado durante o governo Lula. “Não sou iconoclasta a esse ponto”, diz. Se tiver oportunidade, no entanto, ele cogita estender a homenagem a outros nomes — um deles, Olavo de Carvalho, o filósofo que o indicou ao cargo, conhecido pelas posições extremadas e pelo palavreado chulo. Na terça-feira 29, Vélez, que fala português com forte sotaque, recebeu VEJA em seu gabinete em Brasília para a seguinte entrevista.

O senhor ficou mesmo surpreso ao receber o convite para assumir o Ministério da Educação? Certo dia, um assessor do presidente me ligou e disse: “Olhe, o deputado Bolsonaro está interessado no seu nome. Caso fosse indicado, o senhor aceitaria ser ministro?”. Eu disse: “Aceitaria, mas queria conversar com o candidato antes de ser convidado”. Isso foi antes da eleição. Mais ou menos na mesma época participei de um almoço com alguns discípulos do Olavo de Carvalho. Eles diziam: “Ô ministro!”. Eu perguntei: “Mas que ministro?”. Eles respondiam: “Nós estamos pensando em sugerir o senhor”. O Olavo indicou o meu nome. Depois da eleição, o assessor me telefonou novamente e disse: “O presidente vai querer entrevistá-lo”. Então vim a Brasília para falar com ele. Eu nunca havia pensado em ser ministro.

Como foi a conversa? A primeira pergunta que me fez o presidente: “Vélez, você tem faca nos dentes para enfrentar o problema do marxismo no MEC?”. Eu disse: “Presidente, é o que faço há trinta anos”. Eu, como professor de universidade pública, fui marginalizado na concessão de bolsas de doutorado e pós-doutorado. Nunca consegui uma bolsa por causa do aparelhamento do MEC pelos petistas.

Petistas? Eles já tomavam conta do ministério desde os anos 1990.

O senhor afirmou em uma entrevista que a universidade não é para todos. O que isso quer dizer? Em nenhum país a universidade chega a todos. Ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade. Universidade não é elite econômica nem elite sociológica. Nos governos militares, deu-se muita ênfase às universidades. Criaram-se as grandes universidades, que receberam muita verba do governo, desenvolveram-se. E a preparação de professores para o ensino básico e fundamental ficou em segundo

plano. Foi um erro.

Por quê? Os primeiros anos do ensino fundamental preparam para o ensino médio. O ensino médio prepara para o vestibular. O vestibular prepara para a universidade. E a universidade prepara para o desemprego. É o funil da insensatez. O que precisamos resgatar no Brasil é a valorização do ensino fundamental e dos cursos profissionalizantes. Além disso, se continuarmos nesse modelo, as universidades vão cair no buraco da inadimplência. Precisamos equacionar uma solução que salve a universidade e que não dependa de pôr mais dinheiro público.

“A ideologização nas escolas é um abuso, um atentado ao pátrio poder e uma invasão da militância em um aspecto que não lhe compete. Quem praticar isso ostensivamente vai responder à legislação que existe neste país”

Cobrar mensalidade dos alunos nas universidades é uma alternativa? É uma possibilidade. Gosto do regime vigente na Colômbia. Lá, paga-se de acordo com a renda. Se você é rico paga mais, se é pobre recebe bolsa. Há outras questões importantes. A relação entre professor e aluno nas faculdades públicas, por exemplo, é de um para sete, um para oito. Tem de ser um para vinte, daí para cima. E segundo: tem de haver Lei de Responsabilidade Fiscal para os reitores. Eles são habitantes deste belo país, também estão submetidos à lei. O CPF deles pode ser rastreado pelo juiz Sergio Moro, por que não? Querem mais dinheirinho? Paguem as contas.

O senhor é contra a eleição direta para reitor das universidades federais? Recebi representantes da Andifes (entidade que representa os reitores) no meu gabinete. Disse a eles: “Vamos ser honestos. O tempo é curto, estamos velhos, barrigudos, vamos tratar dos problemas reais da universidade”. Qual é o principal problema de um reitor de universidade federal? O sindicato, que é da CUT, o elege e ele fica refém. O tal Andes (sindicato dos professores de ensino superior) é um monstrengo que persegue o reitor durante todo o seu mandato. Por que não fazer um banco de currículos e ter um comitê que escolhesse os três melhores candidatos? Os nomes seriam apresentados ao ministro ou ao presidente. É um sistema mais correto que esse que envolve o sindicato ou a CUT.

O governo pretende acabar com o sistema de cotas nas universidades? As cotas são uma solução emergencial, e, como tudo no Brasil, o provisório vira definitivo. Essa é a lógica macunaímica brasileira. Isso não conduz a lugar nenhum. Temos de chegar ao momento de eliminar as cotas para dizer que elas não são mais necessárias porque elevamos o nível do ensino fundamental. De imediato, não vamos abolir as cotas, até porque me matariam quando eu saísse à rua. Mas as cotas têm de ser eliminadas com o tempo.

O senhor acha que esse dia está ali na esquina ou levará décadas? Quatro anos é pouco tempo. Mas tenho certeza de que, se fizermos o dever de casa, meu sucessor conseguirá iniciar esse processo.

O senhor pretende mudar a Base Nacional Comum Curricular, aprovada recentemente? Não. Ela já foi fruto de muitos debates, e sou favorável à ideia de ter um roteiro geral para orientar os professores. No entanto, pretendo mexer na interpretação. Se a base serve para que as escolas atinjam determinados objetivos genéricos, tudo bem. Mas isso

pode ser adaptado para a realidade de cada escola e região.

O senhor planeja alterar algo da reforma do ensino médio, que reduziu a carga de conteúdo obrigatório e abriu brecha para o ensino técnico? Há muita coisa que precisa ser complementada. Mas, se formos mexer, mexeremos democraticamente. Vai para o Parlamento, será transitado em julgado, sem canetada.

“O brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola”

O senhor apoia o projeto Escola sem Partido? Posso dizer uma maldade? Se o José Dirceu (ex-ministro do governo de Lula) achou o fim da picada, é porque o Escola sem Partido deve ser algo bom. Sou contra a ideologização precoce de crianças na escola. A escola não serve para fazer política. A ideologização nas escolas é um abuso, um atentado ao pátrio poder e uma invasão da militância em um aspecto que não lhe compete. Quem praticar isso ostensivamente vai responder à legislação que existe neste país.

A liberdade de cátedra inclui ensinar marxismo, fascismo e liberalismo, ou o senhor discorda? Liberdade não é fazer o que você deseja. Liberdade é agir, fazer escolhas dentro dos limites da lei e da moralidade. Fazer o que dá vontade não é ser livre. Isso é libertinagem. No Brasil, por força de ciclos autoritários, temos uma visão enviesada da liberdade. Liberdade não é o que pregava Cazusa, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda. Não! Isso é desrespeito à autoridade, vai para o xilindró. Nossas crianças e adolescentes devem ser formados na educação para a cidadania, que ensina como agir de acordo com a lei e com a moral.

Isso não é perseguição ideológica? Já existe clima persecutório. E é das esquerdas contra os que pensam de modo diferente delas. Se pensa diferentemente do coletivo, você está lascado pelo resto da vida, assassinam a sua reputação. A minha já foi assassinada várias vezes. E isso é um abuso terrível contra o qual temos de nos reerguer com raiva. O PT foi mestre em assassinar reputações. Essa prática fascista, leninista, não pode mais ocorrer.

Mas como evitar que a perseguição de esquerda seja substituída pela perseguição de direita? Doutrinas ideológicas devem ser estudadas apenas no ensino superior. O dever do professor universitário é ensinar aos alunos todas as posições ideológicas e colocar entre parênteses o seu ponto de vista, para não induzir o aluno a adotar o ponto de vista do mestre. Se o mestre for muito bom, o estudante terminará fazendo as escolhas certas.

Por que o senhor acha que a disciplina educação moral e cívica deve voltar ao currículo? Os alunos devem sair do ensino básico e do fundamental sabendo que há uma lei interior em todos nós. Se nós a transgredimos, mesmo enganando até a própria mãe, sentimos uma coisa chamada remorso. A primeira parte dessa disciplina pode ser dada nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Os estudantes podem aprender, por exemplo, o que é ser brasileiro. Quais são os nossos heróis? O PT tentou matar todos eles. Carla Camurati (cineasta) colocou dom Joãozinho (refere-se a dom João VI) como um reles comedor de frango, sem nenhuma serventia. Ele era um grande estadista, um grande herói. Outro ponto: hoje, adolescente viaja. É necessário lembrar que existem

contextos sociais diferentes e que as leis dos outros devem ser respeitadas. O brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola.

Se o senhor fosse trocar o busto de Paulo Freire no MEC, quem colocaria no lugar? Do século XIX, Tobias Barreto. Do século XX, Antonio Paim. Do século XXI, Olavo de Carvalho. Ele soltaria um palavrão e me xingaria se soubesse. Aliás, reconheço que Olavo fez um grande trabalho de formação humanística. Muitos jovens saíram do marxismo e se tornaram pessoas de bem lendo Olavo de Carvalho. Então, a obra educadora dele é importante.

Olavo de Carvalho defendeu recentemente o fechamento de universidades públicas. Deve-se dar um desconto aos xingamentos do mestre Olavo. O efeito prático do que ele diz é para que você mude de atitude. Esse chute é para estimular a pessoa a pensar e a mudar de atitude. Um recurso pedagógico que só um mestre da talha de Olavo de Carvalho pode se dar ao luxo de utilizar.

topo ↕

A TARDE - BA - CURTAS

Adjetivos depreciativos

O ministro da Educação (MEC), Ricardo Vélez Rodríguez, foi chamado de “leviano e censor” pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA). Os adjetivos depreciativos são alusivos à resposta do titular da pasta à denúncia por sumiço de vídeos, feita pelo jornalista de O Globo Ancelmo Gois, bastante repercutida essa semana. Ricardo Vélez Rodríguez se explicou, mas não escapou da língua afiada da baiana.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Metade dos alunos de escolas públicas estaduais estão atrasados na Bahia

Dados são do Censo Escolar de 2018

Dados do Censo Escolar 2018 mostram que, no ensino fundamental, a Bahia lidera o ranking nacional com a pior distorção idade-série - quando os alunos têm a partir de dois anos a mais do que é considerado ideal para a série em curso. O índice na rede estadual é de 47,8%, o que significa dizer que 5 entre 10 estudantes estavam atrasados.

Rio de Janeiro, Sergipe, Maranhão e Pará completam a lista dos cinco piores. A média nacional para a rede estadual foi de 19,6%.

Detalhando os dados da Bahia, as redes municipais registraram 31,2% de distorção idade-série no ensino fundamental, e as escolas federais, 16,5%.

No ensino médio, a distorção idade-série também é intensa no estado, que teve média de 4 em cada 10 alunos atrasados, ou 43,8%.

A série histórica dos últimos cinco anos, a partir de 2014, mostra que o estado teve melhora na condição do ensino fundamental, uma vez que a taxa de distorção teve queda de 12,8%. A situação do ensino médio, porém, teve piora, com aumento de 6,6% do número de alunos que estão atrasados na escola.

Explicações

De acordo com o Inep, o fenômeno da distorção idade-série está ligado ao baixo nível

de aprendizagem, relacionado às condições de oferta, à qualificação do professor, entre outros fatores.

A Secretaria Estadual da Educação (SEC) afirmou que, para universalizar o acesso à educação fundamental, é necessário enfrentar o desafio de diminuir a distorção idade-série. Segundo a pasta, o índice na Bahia, no ensino fundamental, registrou uma redução 17,6 pontos percentuais entre 2006 e 2018, saindo de 46,1% para 28,5%.

O levantamento também mostrou que o número de matrículas nas escolas públicas brasileiras caiu em 2018 e a maior preocupação é com o ensino médio. Foram menos 200 mil matrículas em 2018 no país. Nos últimos cinco anos, a queda total foi de 7,1%. Mais de 900 mil adolescentes de 15 a 17 anos estão fora da escola e não concluíram o ensino médio.

Formação dos professores

Outra situação preocupante é a quantidade de professores sem formação superior que assumem turmas, desde o ensino infantil até o médio. Em 2018, para a educação infantil, 5 em cada 10 professores não tinham terminado uma faculdade, 30% não tinham formação adequada para o ensino fundamental e 10% para o ensino médio.

No cenário nacional, para a educação infantil nas escolas sob administração do Governo do Estado, a Bahia ficou com a sexta pior posição, à frente de Tocantins, Acre, Minas Gerais, Amapá e Pernambuco. Também na sexta colocação ficaram as escolas municipais (40%), tendo melhores resultados que Maranhão, Amapá, Alagoas, Rio de Janeiro e Piauí.

No ensino fundamental baiano, a taxa é menor, porém alcança 30% dos docentes, deixando o estado em quinto lugar no país. No ensino médio, 2 em cada 10 professores não concluíram o ensino superior e estão em sala de aula - oitavo pior resultado entre os estados.

Na rede estadual, a situação é pior: 9 em cada 10 professores de educação infantil não têm o ensino superior. Dos docentes que lecionam no ensino fundamental, 10% não concluíram a faculdade, assim como no ensino médio. A média nacional para o ensino fundamental é de 94% de professores com formação superior nas escolas estaduais e 95,1% no ensino médio.

Segundo a SEC, houve um crescimento de 6,6 pontos percentuais no número de professores com nível superior no estado: saindo de 60,6% em 2015 para 67,2% em 2018. A pasta ainda apontou que um concurso público foi realizado recentemente e “2.089 professores estão tomando posse neste mês, todos com nível superior, formados em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), além de 598 novos coordenadores pedagógicos, sendo que 200 já foram nomeados e os demais assumirão em breve”.

Além disso, a rede estadual de ensino fortaleceu as ações do regime de colaboração com os municípios através de formação de educadores e gestores municipais, apoio na distribuição de material didático, e ações voltadas para a alfabetização de crianças na idade certa, até oito anos de idade.

O regime de colaboração contou, em 2017 e 2018, com a adesão de 375 municípios, com a demanda de 3.358 gestores, 35 formadores estaduais, 13.211 professores alfabetizadores, 249 coordenadores pedagógicos, 122 coordenadores locais, 2.039 escolas na zona urbana e 3.707 na zona rural e beneficiou e 893.390 alunos.

Nas escolas municipais localizadas na Bahia, 30% dos docentes não têm formação para lecionar no ensino fundamental, enquanto, dos 15 estados que apresentam ensino médio em escolas municipais, a Bahia lidera o ranking com o pior resultado nacional - 4 em cada 10 professores sem ensino superior.

Os números não são muito diferentes dos divulgados pelo Censo de 2017, quando 80% dos docentes do ensino infantil não tinham um diploma de graduação. Nos ensinos fundamental e médio, a porcentagem se manteve em 10%, na comparação com 2018.

De acordo com o Inep, no ensino médio, os menores percentuais de formação adequada, - analisando a média das escolas públicas e privadas, rurais e urbanas, federais, estaduais e municipais - foram observados para os estados da Bahia e Mato Grosso, enquanto Distrito Federal, Paraná e Amapá se destacam positivamente.

Investimentos

Com base nos números de 2017, a Bahia teve o segundo menor investimento por aluno da rede estadual do Brasil, quando investiu apenas R\$ 3.837,51 por aluno da educação básica. Os dados são do Censo 2017 e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). No entanto, em 2018, o estado da Bahia não alimentou o banco de dados do SIOPE, não sendo possível comparar os investimentos feitos em educação neste período.

A partir do Censo 2018, é possível perceber que, com a falta de investimentos nas escolas, principalmente as públicas, a rede estadual baiana apresentou taxa média de aluno por série de 29,7, aparecendo na quarta pior posição nacional, atrás, apenas, de Pernambuco, Amazonas e Rio de Janeiro. Na rede municipal, o número foi de 22.

De acordo com o Ministério da Educação, o ideal é que o número varie entre 20 e 28 estudantes. É possível, em caso de necessidade e mediante autorização da pasta, formar turmas menores, mas nunca maiores do que o limite estabelecido pela Resolução nº 244/2016 do Governo Federal.

Já no ensino médio, as escolas sob responsabilidade do Governo da Bahia têm média de 30,4 alunos por turma, o que também, segundo o Ministério da Educação, interfere no aprendizado do estudante. A média nacional das escolas públicas estaduais é de 26,4 para o ensino fundamental, ficando dentro do limite, e 30,7 para o ensino médio.

A rede municipal baiana, no entanto, apresentou para o ensino médio taxa de aluno-série de 24,6 - o que coloca o estado na sexta melhor posição nacional, atrás de Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Na média entre todas as escolas do estado da Bahia, é possível notar que a educação básica tem taxa de aluno por série de 16,4, enquanto a do ensino fundamental é de 21,6 e a do ensino médio fica em 30,1 - a única que descumpra a regulamentação do Governo Federal. Segundo o Sistema Integrado de Planejamento e Finanças (Fiplan) do

Governo do Estado da Bahia, o governo estadual investiu a quantia de R\$ 4.459.888.490,51 na rede pública do estado no ano de 2018.

* Sob supervisão do chefe de reportagem Jorge Gauthier e da editora Mariana Rios

topo ↕

O ESTADO - MS - GERAL

Aulas começam em ritmo `lento nas escolas particulares

As férias escolares chegaram ao fim para estudantes de escolas particulares na Capital. De acordo com o Sintrae-MS (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no MS), a maior parte das 200 escolas de ensinos Fundamental e Médio retorna às aulas a partir desta segunda-feira (4).

As escolas seguem adequação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular); o documento visa nortear o que é ensinado nas escolas do Brasil inteiro, englobando todas as fases da educação básica. Cada estabelecimento escolar, no entanto, tem autonomia para decidir o próprio calendário de aulas. Por esta razão, algumas instituições como o Colégio Dom Bosco e Raul Sans de Matos, anteciparam o ano letivo já na última quarta-feira. “As escolas de Campo Grande não têm uma data fixa como Estado e prefeitura. Nós temos de cumprir a carga horária, o calendário escolar.

As escolas particulares têm autonomia de fixar o início do seu ano letivo”, comentou a presidente do sindicato. Maria da Glória afirma que as escolas que estão funcionando este ano, automaticamente já tramitaram seus processos de autorização não só na educação infantil, como no ensino fundamental e médio, e uma estimativa de nove escolas inaugurando neste ano. Com a volta às aulas, o trânsito na Capital fica mais intenso. Para evitar transtornos, a Agetran (Agência Municipal de Transporte e Trânsito) com o apoio da Polícia Municipal e do GGIT (Gabinete de Gestão Integrada da Vida) iniciam a Campanha Volta às Aulas com ações de abordagem e educação nas proximidades das escolas.

As atividades vão acontecer, principalmente, nos horários de entrada e saída dos alunos e também contam com a participação do BPTran, Detran-MS e da Polícia Civil. A campanha terá início com as escolas particulares, e prosseguem nas escolas municipais quando começam as atividades escolares e no dia 11 será a vez das escolas estaduais. A abordagem educativa na porta das escolas tem a intenção é chamar a atenção dos pais e responsáveis para o cumprimento de regras básicas de educação no trânsito.

Para Ivanise Rotta, chefe da Agetran, “é sempre possível resolver parte do conflito no trânsito em frente das escolas a partir do momento que a consciência de cada um faça cumprir as regras que geram um trânsito seguro”, destacou. Ela avalia que os problemas só acontecem porque existe o descumprimento das normas. “Todos os anos nossa orientação é a mesma e, infelizmente, as infrações persistem”, argumenta.

Escolas municipais

A volta às aulas para os 89 mil alunos da rede pública de ensino ocorrerá a partir da segunda-feira (4). O ano terá 242 dias letivos. O calendário termina em 12 de dezembro para estudantes do ensino básico regular. Segundo o Consórcio Guaicurus, assim que as aulas retornarem na rede pública e municipal de ensino, cerca de 561 ônibus voltarão a circular como era antes das férias, para atender todos os usuários.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

UNIR divulga edital para Mestrado em Administração Pública A Comissão Local do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede da Fundação Universidade.

A Comissão Local do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede da Fundação Universidade Federal de Rondônia (PROFIAP/UNIR) torna público o Edital do Processo Seletivo para a turma 2019. Serão disponibilizadas 10 vagas para servidores da UNIR e 10 vagas para o público em geral.

O período de inscrição é de 1º de fevereiro de 2019 a 10 de março de 2019, por meio do Sistema Eletrônico de Inscrição, diretamente no site do PROFIAP em <http://www.profiap.org.br>. A taxa de inscrição é de R\$ 200,00.

O processo seletivo utilizará o resultado do Teste ANPAD (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração). Serão aceitos os resultados dos Testes ANPAD realizados entre 24 de março de 2017 e 24 de março de 2019. As inscrições para a edição de março de 2019 do teste da ANPAD poderão ser realizadas até 21/02/2019, no endereço eletrônico <http://www.anpad.org.br/teste.php>.

As aulas terão início em agosto de 2019 e serão ofertadas no Campus de Porto Velho, provavelmente às segundas e terças-feiras, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Para mais informações, acesse o sítio eletrônico do PROFIAP/UNIR: <http://www.profiap.unir.br/>. Também estão disponíveis o e-mail profiap@unir.br e o telefone (69) 2182-2101.

O PROFIAP – é um programa de pós-graduação stricto sensu em Administração Pública, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** do Ministério da Educação. Destina-se a formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade. Nesse contexto, esse profissional reunirá as condições científicas e técnicas para promover melhorias na gestão pública.

É um curso com oferta nacional simultânea conduzindo ao título de Mestre em Administração Pública.

topo 

JORNAL BOM DIA (RS) - TEMPO REAL

Diplomada em Química Industrial da URI é aprovada em dois mestrados

A diplomada do Curso de Química Industrial da URI Erechim, Rafaela Nery de Melo, que colou grau no sábado, 26 de janeiro, conquistou a primeira colocação na seleção para o mestrado em Engenharia de Alimentos da URI, que tem conceito 4 da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) vinculada ao Ministério da Educação. Ela também foi aprovada com bolsa Capes no Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos da UPF, que tem conceito 3 da Capes.

Segundo Rafaela, que decidiu realizar o mestrado na URI, “a decisão de cursar mestrado veio de diversas influências principalmente de dentro da própria Universidade, como professores e colegas de outros cursos, bem como a vontade de aprofundar os conhecimentos e a busca constante por qualificação, afinal hoje o mercado está cada vez

mais exigente. As aprovações vieram de muita dedicação e também são fruto da iniciação científica, participação em congressos, publicações realizadas durante o período da graduação que contaram com a parceria de outros colegas da instituição. Além disso, o apoio dos professores dos cursos de Química Industrial e Engenharia de Alimentos foi de extrema importância, sempre impulsionando para que alcançássemos o diferencial. Os anos dedicados à iniciação científica também foram importantes, onde atuei principalmente na pesquisa de produção e imobilização de enzimas para sua aplicação em processos de interesse industrial. Foi através dele que descobri o quão gratificante é o mundo da pesquisa e o quão importante e essencial ele é na nossa sociedade, apesar dos vários percalços que atravessam nosso caminho para chegar a resultados satisfatórios. Foi dentro dos laboratórios que me realizei ainda mais na escolha profissional que fiz e uma forma de colocar os conhecimentos teóricos em prática, bem como acompanhar e auxiliar os demais colegas de iniciação científica quando era solicitada ou mesmo movida pela curiosidade do novo. Aproveito para destacar a excelente infraestrutura que a instituição tem para a realização de pesquisas que enriqueceram a minha formação”, destacou.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Invisibilidade de mulheres artistas é tema de revista

“Revista do IEB” destaca o brilhantismo de mulheres artistas e intelectuais que foram esquecidas na história

Segundo Virginia Woolf em Um Teto Todo Seu, “a mulher jamais escreve sobre a própria vida e raramente mantém um diário – existe apenas um punhado de suas cartas”. A autora refere-se à dificuldade em encontrar obras literárias produzidas por mulheres nas bibliotecas universitárias inglesas. A inexistência da mulher autora ou a invisibilidade feminina nos arquivos também são temas presentes no dossiê Mulheres, Arquivos e Memórias, publicado no número 71 da Revista do IEB, editada pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e lançada recentemente.

O dossiê, organizado pelas professoras Ana Paula Cavalcanti Simioni, do IEB, e Maria de Lourdes Eleutério, da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), reúne artigos acerca da preservação da memória das mulheres artistas e intelectuais em arquivos nacionais e internacionais. Analisando o caso do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, a pesquisadora Patrícia W. Martinho assinala que, dentre os 166 arquivos reunidos, apenas sete são femininos. No caso do IEB, a discrepância é menor: dos 45 arquivos pessoais listados, 13 são femininos, aparecendo nomes como Alice Piffer Canabrava, Anita Malfatti, Aracy Amaral, Lupe Cotrim e Tarsila do Amaral.

Segundo as organizadoras, uma importante contribuição para a divulgação dos arquivos existentes começou a ser realizada em julho de 2017, com publicações sobre os 26 acervos de mulheres que integram os 305 conjuntos documentais privados, guardados desde o século 16 no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. “Periodicamente a página virtual do Arquivo publica um texto sob o título Mulheres na História, para nos dar a conhecer a história de um de seus fundos femininos, além de palestras sob o título de Arquivo em Prosa, abordando o acervo como um todo, com relevo ao desempenho historicamente constituído pelas lutas feministas”, escrevem as organizadoras, na apresentação do dossiê.

No total são nove artigos que compõem o dossiê, alguns dos quais foram originalmente

apresentados no I Seminário Internacional Arquivos, Mulheres e Memórias, promovido pelo IEB, em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc e apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ocorrido em março de 2017. O texto com o irônico título “Como ter sucesso nas artes sem ser um homem? Manual para artistas mulheres do século XIX”, da socióloga francesa Séverine Sofio (CNRS, França), abre o dossiê com um guia de conselhos para que as mulheres artistas possam se fazer reconhecidas em vida e postumamente.

Na sequência, a historiadora da arte Georgina G. Gluzman, da Universidade de San Martín, no Peru, mostra que as pintoras e escultoras argentinas tendem a ser pouco reconhecidas pela historiografia da arte, com exceção de Raquel Forner, enquanto o estudo de suas participações nos Salões Nacionais de Belas Artes demonstra uma presença constante e significativa. O processo arquivístico é tema da professora Jaqueline Vassalo, da Universidade de Córdoba, na Argentina, em “Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza”, abordando a questão da criação, organização e acesso aos arquivos públicos e privados. E a pesquisadora Michele Asmar Fanini, pós-doutora pelo IEB, aborda o tratamento da documentação em seu artigo “Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito”, que traz à luz o teatro da escritora mais destacada da Primeira República brasileira.

O campo instigante da fotografia é apresentado em dois artigos: “Sistema de arte e relações de gênero: retratos de artistas por Hildegard Rosenthal e Alice Brill”, da professora Helouise Costa, do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP, e “El género y la mascarada en la fotografía de María Santibáñez”, da antropóloga da arte mexicana Deborah Dorotinsky Alperstein, do Instituto de Pesquisas Estéticas da Universidade Nacional Autónoma do México. Outros dois artigos tratam de música: Fernando Pereira Binder, da Escola Municipal de Música de São Paulo, aborda a obra da pianista Guiomar Novaes e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), retrata compositoras brasileiras nos séculos 20 e 21.

Esses artigos, segundo as organizadoras, analisam a partir de temas, linguagens e enfoques metodológicos distintos a presença ou ausência feminina em arquivos existentes. Mas, afirmam ainda, as teorias feministas não se esgotam na contribuição de problematizar as práticas de construção, organização, seleção e institucionalização da memória. Elas também podem ser fomentadoras de novos arquivos. Caso do artigo que encerra o dossiê, “Acervo de Pesquisa, Memórias e Mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e as ditaduras do Cone Sul”, das professoras Janine Gomes da Silva, Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que desde 2004 coordenam uma equipe de pesquisadores nacionais que vem tematizando o período das ditaduras civil-militares no Cone Sul a partir das questões de gênero.

“No Brasil a memória é, certamente, um ponto sensível. O processo de arquivamento implica escolhas, inclusões, exclusões, omissões, que são visíveis na baixa representatividade feminina nas instituições de guarda de destaque no País. Desejamos que os artigos aqui apresentados sirvam de estímulo para se pensar a importância dos processos de arquivamento de experiências e produções de sujeitos ou grupos sociais invisibilizados”, escrevem as organizadoras. E ainda sinalizam que, “à luz dos acontecimentos do ano de 2018, é preciso que reconheçamos que hoje precisamos lutar

não apenas para que as produções femininas sejam percebidas e representadas, mas também por uma política geral de acervos no País que zele por sua manutenção e por sua extroversão para o grande público”.

Ainda na revista

O número 71 da Revista do IEB traz outros quatro artigos. “S. Bernardo (Graciliano Ramos, 1934) & S. Bernardo (Leon Hirszman, 1972)”, que analisa a obra do escritor alagoano e sua transcrição para o cinema; “Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX”, sobre como a “cultura de moda e vestir” passa a ser veiculada nos periódicos do Brasil oitocentista; “O samba é o dom: sobre as velhas-guardas e a presença da dádiva nas relações de sociabilidade”, acerca dessa manifestação cultural para além das agremiações existentes; e “Por uma cartografia sentimental: do imaginário ficcional de Cidadilha à cidade-ilha de Vitória (ES)”, que dialoga com a obra ficcional Cidadilha, de Luiz Guilherme Santos Neves, propondo uma cartografia sentimental da Vitória colonial.

A revista contempla também a resenha do livro *Madureira chorou... em Paris: a música brasileira na França do século XX*, escrito por Anaïs Fléchet em francês, recentemente traduzido e publicado pela Editora da USP (Edusp). Na seção Documentação, são apresentados os textos “Preservação, acesso e participação no patrimônio cultural: o legado teórico e empírico de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri”, sobre a contribuição da museóloga brasileira que tem seu acervo sob a salvaguarda do IEB, e “Os cadernos de Anita Malfatti no IEB”, com destaque para um caderno de 1910, recentemente incorporado ao IEB por meio do Fundo Emilie Chamie. A Revista do IEB número 71 é uma publicação editada pelos professores do IEB Alexandre de Freitas Barbosa, Fernando Paixão e Monica Duarte Dantas.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Instituto de Educação de Surdos apura retirada de vídeos de site Programas que contavam a história de Karl Marx, Marilena Chauí, Antonio Gramsci, entre outros foram retirados do ar

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), órgão do Ministério da Educação (MEC), instaurou sindicância para obter todas as informações sobre a retirada de alguns vídeos do site TV Ines e atribuir as devidas responsabilidades, de acordo com nota divulgada pelo ministério. A pasta diz ainda que os vídeos serão inseridos novamente na página.

O colunista do jornal O Globo Ancelmo Gois revelou na terça-feira, 29, que foram retirados programas que contavam a história da vida de personagens como Karl Marx, Friedrich Engels, Marilena Chauí, Antonio Gramsci e Friedrich Nietzsche. A maioria é do programa *Manuário*, que apresenta novos itens lexicais em Libras.

Não foram encontrados episódios que tratavam da vida de pensadores, como o pensador alemão Karl Marx. Também não é possível localizar entrevista do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), no programa *Café com Pimenta*.

No início da semana, o diretor do Ines, Paulo André Martins de Bulhões, divulgou nota na qual disse que foi surpreendido com a notícia e que tomou conhecimento sobre a ausência dos vídeos no final da semana passada. Na segunda-feira, 28, ele diz que se reuniu com a responsável pelo contrato entre o Ines e a TV Ines para averiguar o

ocorrido.

“Na ocasião, ela informou que também foi surpreendida e que não foi informada sobre as remoções”, diz o texto, acrescentando que foi enviado então um ofício à direção da Acerp demandando esclarecimentos.

O diretor acrescentou que em momento algum o Ines ou o MEC solicitaram ou foram informados da retirada desses vídeos. “O Ines e o MEC têm o dever constitucional de respeitar as diferenças e a liberdade de pensamento e expressão. Demandaremos à TV Ines providências para que os vídeos voltem ao ar”, diz.

Em nota, o MEC disse que abriria uma sindicância, mas que uma apuração preliminar já identificou, entretanto que os vídeos foram retirados em abril e em novembro de 2018. No entanto, a coluna de Gois identificou, através de consulta do cache do Google (uma espécie de histórico onde é possível ver versões anteriores de uma página), que em 2 de janeiro ainda estava no ar o vídeo sobre Marx e, em 1 de janeiro, ainda constava o de Nietzsche.

Apesar de não explicar porquê esses vídeos ainda constavam em janeiro, a nota do ministério disse que a notícia de Gois é "tanto falsa quanto maldosa". /COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA BRASIL

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Não existe isso de bolsa de pesquisa com triagem ideológica, diz Marcos Pontes
Ministro afirma ainda que crença em Terra plana e teoria da conspiração lhe dão arrepios e que quer incentivar participação de mulheres na ciência

1º.fev.2019

Tel Aviv

Para Marcos Pontes, ex-astronauta e ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), não existe "nada disso" de bolsa de pesquisa com triagem ideológica. "Temos cientistas e temos que ter resultados. A minha preocupação é sempre o desenvolvimento de ciência e tecnologia", disse ele à Folha durante viagem a Israel.

No país, o ministro visitou duas usinas de dessalinização e estações de tratamento de água e esgoto, além de empresas de tecnologia como a Israel Aerospace Industries (IAI) e a Agência Espacial de Israel.

Primeiro e único brasileiro a ter viajado para o espaço até hoje, Pontes tem defendido levar a ciência e tecnologia para os mais jovens como forma de promover a carreira e incentivar a formação de novos profissionais. Inspirado pela experiência israelense, disse que quer criar, dentro das universidades, escritórios de promoção de inovação que possam comercializar os produtos criados nessas instituições para conectar pesquisa, inovação e empresariado.

Segundo Pontes, essa é uma das fórmulas para atrair investimentos para o setor —a pasta tem visto seu orçamento cair nos últimos cinco anos. O valor atual equivale, se corrigido pela inflação, à metade daquele de 2013.

O ministro disse ainda que quer incentivar a participação de mulheres na ciência do

país. "Às vezes as meninas ficam um pouco retraídas quanto a isso, e eu preciso achar maneiras de trazê-las para dentro da ciência e da tecnologia", disse.

Pontes é a primeira autoridade do governo Jair Bolsonaro (PSL) a visitar Israel, país com o qual o governo tem estreitado relações —o ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, já declarou alinhamento com os EUA e Israel por afinidade ideológica, e o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, esteve na posse presidencial.

A viagem de Pontes é uma espécie de preparação para a visita de Bolsonaro a Israel, prevista para acontecer no fim de março.

O sr. se encontrou com o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu. Como é que foi essa conversa? Há alguma parceria mais concreta desta viagem?

Foi excelente, principalmente para agradecer a participação de Israel neste momento difícil lá em Brumadinho. Eles enviaram um avião com equipamento, com pessoas. Essa demonstração de boa vontade a gente tem sempre que agradecer. Depois, ele gravou um vídeo mandando uma mensagem ao presidente.

O sr. parece ter uma preocupação em passar uma imagem esperançosa para a juventude em relação à ciência. O que será feito para garantir que os jovens tenham vontade de seguir uma carreira científica ou tecnológica?

Tem três coisas que crianças e adolescentes adoram: espaço, robôs e dinossauros. (Risos). Eu não sei por que, mas são essas três coisas. Trabalhar com projeto [científico] é uma coisa muito atraente, essa maneira de educar com um problema para resolver. Você chega com uma série de componentes eletrônicos, coloca em cima da mesa e fala: "Construam um rádio AM que pegue tal frequência". Esse desafio de construir as coisas é superlegal e a garotada adora isso. Imagina, então, construir micro e nanossatélites.

Isso pode ser trabalhado no ensino médio ou no ensino fundamental e tira os alunos daquela coisa de sentar na sala de aula, como na minha época, assistir à aula no quadro de giz, estudar para a prova, fazer a prova... A gente tem que mudar isso aí. Acho que o espaço é uma ferramenta excelente para essas coisas.

Em geral, as meninas vão melhor do que os meninos nas escolas, mas poucas continuam na carreira científica. Só 14% da Academia Brasileira de Ciências é hoje integrada por mulheres. O senhor pretende mudar esse cenário?

Sim. Na minha turma da Nasa, por exemplo, o melhor astronauta é uma mulher, na minha opinião. A gente precisa ter maior participação de garotas interessadas por ciência e tecnologia. Existem programas em que nós estamos trabalhando com o Ministério da Educação para Ciência e Tecnologia. Ciência e tecnologia é para todo mundo. Às vezes as meninas ficam um pouco retraídas quanto a isso, e eu preciso achar maneiras de trazê-las para dentro da ciência e tecnologia.

O que pode ser feito?

Tem muitas coisas que podem ser feitas. A gente está ainda iniciando esse programa, mas isso aí está dentro da minha cabeça já faz um bom tempo. Quem me conhece sabe

que eu vivo falando de educação e que eu adoro trazer as crianças e os jovens para essa área.

O orçamento de Ciência e Tecnologia no Brasil tem sofrido muitos cortes. Qual é o plano para tornar o país competitivo e voltar a avançar?

Esse é uma das questões que a gente tem que trabalhar muito seriamente durante este ano. Se acompanharmos o orçamento ao longo dos anos, vemos que ele vem sendo reduzido e contingenciado. É um trabalho grande que eu e a comunidade científica temos discutido. Agora vai entrar o Congresso, e é importante conversar com os nossos representantes sobre a importância estratégica da ciência e da tecnologia. Existem outras possibilidades também.

Como assim?

Por exemplo, a possibilidade de descontingenciar o Fundo de Ciência e Tecnologia. A gente tem discutido isso com a equipe econômica. Agora vamos começar a discutir com o Congresso aquela questão de mostrar resultados. Eu tenho falado muito dentro do ministério de ter retorno de investimento. Quando você aplica um certo recurso, como quando você começa uma empresa pequena, você tem que trabalhar com que você tem, aí você produz alguma coisa, aquilo gera mais recursos e as pessoas vão percebendo a importância de ciência e tecnologia.

A gente tem que recuperar esse prestígio e o prestígio do pesquisador. Tudo isso é um sistema que, aos poucos, vai ganhando espaço e, assim, vamos aumentando os nossos recursos. Mas é importante a participação contínua disso. Tenho conversado com a comunidade científica, com empresas com base tecnológica, para que juntos, nos levantemos o setor. Sem educação e ciência e tecnologia você não consegue desenvolver o país. Somos estratégicos.

Digamos que o orçamento continue aquém do necessário, quais são as prioridades?

Nós temos já uma previsão dentro do que existe nas linhas do orçamento. Quando você tem um cobertor curto, precisa eleger alguns pontos que considera mais importantes. Sabe o princípio de Pareto, que diz que 20% são responsáveis por 80% do resultado? Para mim, isso significa que é preciso atrair investimentos, e para isso é preciso ter pesquisa e alinhar os centros de pesquisa, de forma que os resultados sejam atraentes.

Pesquisa então é uma prioridade?

Sem dúvida. As pesquisas têm que atrair investidores e a criação de startups. Então, há duas áreas nevrálgicas: pesquisa básica e inovações.

Isso significa investir na ligação entre universidades, pesquisa e empresas?

Sim. Esse conjunto é o que temos que buscar. Se olharmos aqui em Israel, é isso que gera toda essa pujança que eles têm em termos de novas empresas de base tecnológica.

O governo sempre investiu na tentativa de fazer com que cientistas registrassem mais patentes. Mas a indústria brasileira continua tímida nessa área, cada vez mais

dependente de commodities. Como mudar isso?

Justamente por isso essa relação entre as universidades e a inovação é importante. A gente ainda está desenvolvendo uma ideia de como instituir dentro das universidades um escritório ou um setor que promova a inovação dentro delas, da mesma forma como existe aqui nas universidades de Israel. É uma possibilidade de fazer lá [no Brasil], não é complexo de fazer, não tem custo alto e o resultado é muito grande. É o que eu falo: faz parte desses 20% de Pareto, né?

Segundo reportagem do jornal O Globo, o governo Bolsonaro estudava mudanças nos critérios para concessão de bolsas de pesquisa, com triagem ideológica. Existe algum tipo de orientação ideológica?

Não, para mim não existe nada disso. Temos cientistas e temos que ter resultados. A minha preocupação é sempre o desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Sem nenhum tipo de ideologia ou de questões como a Terra plana...

Ah não, isso não é ideologia, isso é coisa que me dá arrepio! (Risos) Esse negócio de Terra plana e essas teorias da conspiração não fazem parte da ciência. A gente tem ótimos cientistas no Brasil, temos todas as condições de desenvolver muita coisa boa para o país através de pesquisa, através de tecnologia. Mas sem essas questões aí.

Qual é o balanço que o senhor faz do primeiro mês do governo Bolsonaro?

Como todo sistema, é preciso fazer ajustes no início, mas vamos nos acertando. Uma coisa que estou gostando muito é a parceria e a proximidade de todos os ministros. Essa talvez seja a maior vantagem de não ter tido indicações políticas. Você imagina: um cara é de um partido, outro cara é de outro, que às vezes têm outros interesses que não são o interesse do país. Entre nós, a discussão é sempre em torno do que podemos fazer juntos. O país é muito grande, com problemas grandes, e precisa dessa interação.

O Ministério de Ciência e Tecnologia é uma ferramenta. A gente tem que trabalhar para o Ministério da Saúde, para os ministérios da Justiça, Segurança, Agricultura. A tecnologia está em tudo. É essencial ter essa cooperação afinada.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Secretário do MEC diz que educação domiciliar não substitui a escola
Objetivo, segundo secretário, é ampliar a presença da família na educação das crianças, sem dispensar a matrícula na escola**

O secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Antonio Tozi, disse nesta quinta-feira (31/1) que o plano do governo em relação à educação domiciliar - o chamado homeschooling - tem por objetivo ampliar a presença da família na educação das crianças, mas não dispensar a necessidade de matrícula nas escolas formais.

"O homeschooling não substitui a escola, mas complementa o processo educacional", afirmou o número 2 do MEC durante a divulgação do Censo Escolar 2018, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília. Ele representou o ministro Vélaz Rodríguez, que, segundo Tozi, estava na posse do general Oswaldo de Jesus Ferreira como presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

O governo de Jair Bolsonaro colocou como meta para os primeiros 100 dias de gestão editar uma medida provisória para regulamentar o homeschooling. A meta não está ligada ao Ministério da Educação (MEC), mas ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, sob o comando de Damares Alves.

Uma das dificuldades para a implantação do homeschooling é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no ano passado, de proibir a prática da modalidade no País até que seja regulamentada pelo Congresso Nacional, após debate com a sociedade.

O secretário-executivo do MEC lembrou da decisão do Supremo e disse que a possibilidade de realizar a "educação completa depende até do Supremo".

"O homeschooling é importante especialmente com o caráter pragmático de fazer que a família volte a ter participação na educação do filho", disse. "A família deve voltar a se preocupar com o caráter da educação e isso significa incluir a família no processo educacional", complementou.

Ao ser questionado se as crianças deverão continuar a se matricular na escola, Tozi disse que "no contexto da política pública que cabe ao MEC, é isso que estamos planejando".

Questionado após a apresentação do Censo sobre se a Medida Provisória que o governo prepara permitirá que o ensino seja feito integralmente em casa, ele disse não ter lido a MP.

Censo

Os resultados levantados pelo Inep no censo escolar apontam que o Brasil teve uma queda de 1,1 milhão de matrículas para o período integral no ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) e médio. O aumento das vagas em tempo integral foi uma das apostas do governo federal nos últimos anos para melhorar os índices educacionais.

Em 2017, havia 13,9% dos alunos do ensino fundamental em tempo integral (com 7 horas ou mais de aulas diárias) - com 3,79 milhões de matrículas. Esse índice passou para 9,4% no ano passado - com 2,55 milhões. A proporção é substancialmente menor na rede privada - apenas 2,2% dos alunos estudam nessa modalidade. No ensino médio, o percentual de alunos em tempo integral aumentou, passando de 8,4% para 10,3%.

Questionado sobre como melhorar os índices de matrícula, Luiz Tozi falou que é fundamental investir nos primeiros anos do ensino fundamental, diante da realidade em que cerca de 12% dos alunos no 3º ano do ensino fundamental público reprovam ou se evadem da escola.

"Para conter a queda nas matrículas, nós estamos trabalhando com a questão do fortalecimento da educação básica com foco na alfabetização e trazer a educação para dentro de casa para a família ajudar no processo educacional das crianças", disse o secretário-executivo do MEC.

"O foco na alfabetização é importante para matar esse primeiro pico (de reprovação e

abandono no 3º ano do Fundamental), para que ele não repita no terceiro ano", comentou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prouni oferece mais de 3 mil bolsas na região para 1º semestre de 2019

Inscrições seguem até domingo (3) e devem ser feitas pela internet. Prouni oferece bolsas de estudo, parciais ou integrais, em universidades privadas.

Mais de 3,1 mil bolsas de estudo universitárias, parciais e integrais, são oferecidas no Vale do Paraíba e região bragantina por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni). As inscrições para o primeiro semestre de 2019 vão até domingo (3).

O levantamento de bolsas oferecidas na região foi feito pelo G1, segundo os dados disponibilizados Ministério da Educação (MEC). Os cursos oferecidos são de graduação – bacharelado ou licenciatura –, à distância e tecnólogo.

As vagas são oferecidas em 18 cidades da região. As cidades com o maior concentração no número de bolsas são São José dos Campos, Bragança Paulista e Pindamonhangaba.

Em São José dos Campos são 850 bolsas de estudo, sendo 643 integrais e 207 parciais. Na cidade, ainda são oferecidas sete bolsas de estudo integrais para o curso de medicina, distribuídas entre a faculdade Anhembí Morumbi e a Humanitas.

Em Bragança Paulista são 430 vagas, sendo 332 na modalidade integral e outras 98 parciais. A cidade também tem bolsas de estudo integrais para o curso de medicina – são quatro vagas na Universidade São Francisco.

Pindamonhangaba tem 423 bolsas, sendo 140 bolsas integrais e 286 parciais. Já em Taubaté são 324 vagas, com 284 integrais e 98 parciais. Entre as universidades que oferecem vagas no município estão Ites, Anhanguera, Dehoniana e um campi da Unip.

Também há vagas em Atibaia, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Caçapava, Cruzeiro, Guaratinguetá, Ilhabela, Jacareí, Joanópolis, Lorena, Roseira, São Sebastião e Ubatuba.

A oferta de cursos é para administração, engenharia, comunicação social, geografia, história, letras, medicina, pedagogia e direito.

Programa

O programa do governo federal concede benefícios para os estudantes de baixa renda cursarem o ensino superior.

O Prouni mantém os estudantes matriculados em universidades privadas por meio de bolsas parciais (50% de desconto nas mensalidades) ou integrais. As bolsas são custeadas pelo governo por meio de renúncia fiscal de tributos que deveriam ser pagos pelas universidades.

Prouni 2019

Vagas na região: 3.162

Fim das inscrições: 3 de fevereiro

Primeira chamada: 6 de fevereiro

Entrega dos documentos para garantir a matrícula: 6 a 14 de fevereiro

Segunda chamada: 20 de fevereiro

Entrega dos documentos para garantir a matrícula: 20 a 27 de fevereiro

Adesão à lista de espera: 7 e 8 de março

Resultado da lista de espera: 11 de março

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Censo escolar revela queda no número de matrículas em 2018

Ministério da Educação divulgou os números da educação básica brasileira. A falta de estrutura nas escolas públicas reflete nos desempenhos do ensino.

O número de matrículas nas escolas públicas brasileiras caiu no ano de 2018 e o maior motivo de preocupação é com o ensino médio.

As informações do Censo Escolar de 2018 não deixam dúvidas: a situação da educação básica não melhorou. As matrículas no ensino médio continuam caindo, foram menos 200 mil matrículas em 2018. Nos últimos cinco anos, a queda total foi de 7,1%.

Mais de 900 mil adolescentes de 15 a 17 anos estão fora da escola e não concluíram o ensino médio. Segundo o governo, essa redução nas matrículas é motivada por uma melhora na taxa de aprovação do ensino médio, mas também pelo abandono dos estudos. É o caso da Telma, que largou a escola com 16 anos e hoje não estuda, nem trabalha.

“Se eu voltasse atrás, eu não desistia da minha escola não. Por que é muito difícil voltar” conta a dona de casa de 21 anos, Telma Barros.

Nas escolas da rede pública com tempo integral, o número de matrículas caiu de 16,3% para 10,9% no ensino fundamental. No ensino médio, houve aumento, mas o percentual ainda é baixo e preocupa especialistas.

“Os países que avançam em qualidade do ensino, em aprendizagem, as crianças ficam muito mais na escola. E aqui no Brasil, a criança fica apenas meio período. Então, a gente precisa avançar nesse caminho do tempo integral sem dúvida nenhuma” diz, a presidente-executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz.

O Ministério da Educação considera que os problemas no ensino médio são reflexos de deficiências em etapas anteriores.

“Em queda das matrículas, nós estamos trabalhando com a questão de fortalecimento da educação básica, especialmente, com foco na alfabetização”, diz o secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Antônio Tozi.

Só na educação infantil houve aumento de matrículas. De acordo com o censo, os professores também enfrentam um problema recorrente para oferecer um bom ensino: a falta de estrutura nas escolas.

Em uma escola em Ceilândia, no Distrito Federal, o laboratório de informática só tem computadores velhos e sem internet. E são 2500 alunos lá. Na escola, nenhuma sala tem

ar-condicionado. E as aulas começam no próximo dia 11. A Secretaria de Educação do Distrito Federal declarou que a escola terá banda larga até o fim de fevereiro.

Na maioria das escolas de ensino fundamental pelo país não existe laboratório de informática. Uma em cada três não tem nem acesso à internet e quase metade não tem biblioteca ou sala de leitura. Nas escolas do ensino médio, mais da metade não possui laboratório de ciências.

“Para o profissional é frustrante. Ele tem que batalhar para manter esse aluno dentro de uma escola”, desabafa um professor.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufopa consegue conceito 4 de avaliação do MEC; instituição teve 16 cursos avaliados

São três os Indicadores de Qualidade da Educação Superior: Conceito Enade; Conceito Preliminar de Curso e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição. Além da Ufopa, a UFPA e a Ufra conseguiram obter o mesmo conceito no Pará em 2017.

Avaliada desde 2012, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), alcançou o conceito 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) numa escala que varia de 1 a 5. A nota é referente a 2017. De acordo com os resultados do Conceito Preliminar de Cursos (CPC), indicador de qualidade do MEC que compõe o IGC, a Ufopa teve 16 cursos avaliados.

Na avaliação, dois cursos de graduação se destacaram obtendo conceito 4: a Licenciatura em Ciências Biológicas, vinculada ao Instituto de Ciências da Educação (Iced); e o Bacharelado em Engenharia Florestal, do Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef). Do total de cursos avaliados, 11 obtiveram conceito 3, considerado satisfatório, e apenas três cursos tiraram 2.

“A Ufopa é uma das três universidades do estado do Pará que obteve quatro na avaliação do MEC, o que representa um esforço de toda a comunidade para garantir o patamar de qualidade dos nossos cursos de graduação e da qualidade da nossa Universidade”, afirma a Pró-Reitora de Ensino (Proen), Solange Ximenes.

Além da Ufopa, apenas a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), conseguiram obter o mesmo conceito no Pará em 2017. São três os Indicadores de Qualidade da Educação Superior: Conceito Enade; Conceito Preliminar de Curso (CPC); e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). Desde 2012, a Ufopa é avaliada pelo MEC, obtendo conceito 3, resultado considerado satisfatório. Apenas em 2013 a instituição recebeu conceito 2.

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior. Seu cálculo leva em conta a média do Conceito Preliminar dos Cursos (CPC) e dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação, além da distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é outro indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização

do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta.

Já o Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). O objetivo do Enade é avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

TV pública para surdos apura retirada de vídeos de Marx, Nietzsche e Jean Wyllys

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), órgão do Ministério da Educação (MEC), instaurou sindicância para obter todas as informações sobre a retirada de alguns vídeos do site TV Ines e atribuir as devidas responsabilidades, de acordo com nota divulgada pelo ministério. A pasta diz ainda que os vídeos serão inseridos novamente na página.

O colunista do jornal O Globo Ancelmo Gois revelou na terça-feira, 29, que foram retirados programas que contavam a história da vida de personagens como Karl Marx, Friedrich Engels, Marilena Chauí, Antonio Gramsci e Friedrich Nietzsche. A maioria é do programa Manuário, que apresenta novos itens lexicais em Libras.

Não foram encontrados episódios que tratavam da vida de pensadores, como o pensador alemão Karl Marx. Também não é possível localizar entrevista do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), no programa Café com Pimenta.

No início da semana, o diretor do Ines, Paulo André Martins de Bulhões, divulgou nota na qual disse que foi surpreendido com a notícia e que tomou conhecimento sobre a ausência dos vídeos no final da semana passada. Na segunda-feira, 28, ele diz que se reuniu com a responsável pelo contrato entre o Ines e a TV Ines para averiguar o ocorrido.

"Na ocasião, ela informou que também foi surpreendida e que não foi informada sobre as remoções", diz o texto, acrescentando que foi enviado então um ofício à direção da Acerp demandando esclarecimentos.

O diretor acrescentou que em momento algum o Ines ou o MEC solicitaram ou foram informados da retirada desses vídeos. "O Ines e o MEC têm o dever constitucional de respeitar as diferenças e a liberdade de pensamento e expressão. Demandaremos à TV Ines providências para que os vídeos voltem ao ar", diz.

Em nota, o MEC disse que abriria uma sindicância, mas que uma apuração preliminar já identificou, entretanto que os vídeos foram retirados em abril e em novembro de 2018. No entanto, a coluna de Góis identificou, através de consulta do cache do Google (uma espécie de histórico onde é possível ver versões anteriores de uma página), que em 2 de janeiro ainda estava no ar o vídeo sobre Marx e, em 1 de janeiro, ainda constava o de Nietzsche.

Apesar de não explicar porquê esses vídeos ainda constavam em janeiro, a nota do

ministério disse que a notícia de Gois é "tanto falsa quanto maldosa". (Com informações da Agência Brasil)

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Educação em casa não substitui a escola, diz secretário do MEC

O secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Antônio Tozi, defendeu hoje (31) que a educação domiciliar deve complementar a educação formal e que matrículas nas escolas seguem obrigatórias. "É um incentivo à participação das famílias no processo de educação das pessoas. Disso que estamos falando nesse momento".

Tozi defendeu que as crianças não sejam tiradas das escolas. "O homeschooling não substitui a escola, ele complementa a escola. Está na lei que [crianças e jovens de 4 a 17 anos] têm que vir para a escola. Ele complementa o processo educacional, trazendo para perto da casa dele, para dentro de onde ele mora, a questão da educação, que é algo que tem que ser valorizado pela sociedade. Os pais têm que estar sabendo e devem estar participando da formação de seus filhos".

A declaração foi dada em coletiva de imprensa de apresentação dos dados do Censo Escolar no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). "O homeschooling [educação domiciliar] é basicamente trazer a família para o processo educacional, o fato de poder fazer a educação completa depende até do STF [Supremo Tribunal Federal], são coisas que estão sendo discutidas na sociedade", afirmou.

Regulamentar o direito à educação domiciliar está entre as 35 metas prioritárias dos 100 primeiros dias do governo Jair Bolsonaro.

O governo pretende fazer isso por meio de Medida Provisória (MP). Esta semana, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que está conduzindo a questão, comunicou que redigiu uma primeira versão da MP.

O Secretário Executivo disse que não teve acesso ao teor da medida, e esclareceu que no âmbito do MEC, as matrículas seguem obrigatórias: "Nos contextos da política pública que cabe ao MEC, é isto que estamos fazendo".

O secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Antônio Tozi, durante coletiva de imprensa de apresentação dos dados do Censo Escolar 2018, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Antônio Tozi, durante coletiva de imprensa de apresentação dos dados do Censo Escolar 2018, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). - José

Cruz/Agência Brasil

Contraponto

A questão é polêmica. Por um lado, pais defendem que é possível educar os filhos em casa, modelo que existe em vários países. Por outro, diversas entidades se manifestaram contrárias ao processo.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2000, emitiu um parecer orientando que crianças e adolescentes sejam matriculados em escolas devidamente autorizadas. O CNE também entende que a legislação vigente enfatiza "a importância da troca de experiências, do exercício da tolerância recíproca, não sob o controle dos pais mas no

convívio das salas de aula, dos corredores escolares, dos espaços de recreio, nas excursões em grupo fora da escola, na organização de atividades esportivas, literárias ou de sociabilidade, que demandam mais que os irmãos apenas, para que reproduzam a sociedade, onde a cidadania será exercida”.

Dados apresentados hoje pelo Inep mostram que o país tem cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, idade escolar obrigatória. As maiores concentrações de pessoas excluídas do sistema de ensino estão nos 4 anos de idade, com 341.925 crianças fora da pré-escola e aos 17 anos, com 915.455 jovens.

Alfabetização

Tozi destacou que o objetivo da atual gestão é melhorar o ensino básico. Um dos focos, que consta também entre as metas prioritárias, é a alfabetização. “O que está planejado já é ampliar a caixa de ferramentas do docente”, diz. Segundo ele, a pasta irá oferecer opções aos professores, ainda na formação.

Ele explica que a intenção é que métodos de alfabetização sejam trazidos para discussão. “O que importa é trazer para discussão a parte prática, de sala de aula. Usem métodos, vamos discutir a aplicação do conhecimento. Nem toda criança aprende igual com todos os métodos”, disse.

Os dados do Censo Escolar estão disponíveis para consulta na página do Inep. A autarquia disponibilizou notas estatísticas, sinopses estatísticas, microdados e indicadores educacionais.

topo ↕

ATMOSFERA ONLINE - TEMPO REAL

Diplomada em Química Industrial da URI é aprovada em dois mestrados Rafaela Nery de Melo, que colou grau no sábado, 26 de janeiro, e já conquistou ingresso na pós-graduação

A diplomada do Curso de Química Industrial da URI Erechim, Rafaela Nery de Melo, que colou grau no sábado, 26 de janeiro, conquistou a primeira colocação na seleção para o mestrado em Engenharia de Alimentos da URI, que tem conceito 4 da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** vinculada ao Ministério da Educação. Ela também foi aprovada com bolsa **Capes** no Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos da UPF, que tem conceito 3 da **Capes**.

Segundo Rafaela, que decidiu realizar o mestrado na URI, “a decisão de cursar mestrado veio de diversas influências principalmente de dentro da própria Universidade, como professores e colegas de outros cursos, bem como a vontade de aprofundar os conhecimentos e a busca constante por qualificação, afinal hoje o mercado está cada vez mais exigente. As aprovações vieram de muita dedicação e também são fruto da iniciação científica, participação em congressos, publicações realizadas durante o período da graduação que contaram com a parceria de outros colegas da instituição. Além disso, o apoio dos professores dos cursos de Química Industrial e Engenharia de Alimentos foi de extrema importância, sempre impulsionando para que alcançássemos o diferencial. Os anos dedicados à iniciação científica também foram importantes, onde atuei principalmente na pesquisa de produção e imobilização de enzimas para sua aplicação em processos de interesse industrial. Foi através dele que descobri o quão gratificante é o mundo da pesquisa e o quão importante e essencial ele é na nossa sociedade, apesar dos vários percalços que atravessam nosso caminho para chegar a

resultados satisfatórios. Foi dentro dos laboratórios que me realizei ainda mais na escolha profissional que fiz e uma forma de colocar os conhecimentos teóricos em prática, bem como acompanhar e auxiliar os demais colegas de iniciação científica quando era solicitada ou mesmo movida pela curiosidade do novo. Aproveito para destacar a excelente infraestrutura que a instituição tem para a realização de pesquisas que enriqueceram a minha formação”, destacou.

topo ↕

JORNAL BOA VISTA - TEMPO REAL

Diplomada em Química Industrial da URI é aprovada em dois mestrados

A diplomada do Curso de Química Industrial da URI Erechim, Rafaela Nery de Melo, que colou grau no sábado, 26 de janeiro, conquistou a primeira colocação na seleção para o mestrado em Engenharia de Alimentos da URI, que tem conceito 4 da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** vinculada ao Ministério da Educação. Ela também foi aprovada com bolsa **Capes** no Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos da UPF, que tem conceito 3 da **Capes**.

Segundo Rafaela, que decidiu realizar o mestrado na URI, “a decisão de cursar mestrado veio de diversas influências principalmente de dentro da própria Universidade, como professores e colegas de outros cursos, bem como a vontade de aprofundar os conhecimentos e a busca constante por qualificação, afinal hoje o mercado está cada vez mais exigente. As aprovações vieram de muita dedicação e também são fruto da iniciação científica, participação em congressos, publicações realizadas durante o período da graduação que contaram com a parceria de outros colegas da instituição. Além disso, o apoio dos professores dos cursos de Química Industrial e Engenharia de Alimentos foi de extrema importância, sempre impulsionando para que alcançássemos o diferencial. Os anos dedicados à iniciação científica também foram importantes, onde atuei principalmente na pesquisa de produção e imobilização de enzimas para sua aplicação em processos de interesse industrial. Foi através dele que descobri o quão gratificante é o mundo da pesquisa e o quão importante e essencial ele é na nossa sociedade, apesar dos vários percalços que atravessam nosso caminho para chegar a resultados satisfatórios. Foi dentro dos laboratórios que me realizei ainda mais na escolha profissional que fiz e uma forma de colocar os conhecimentos teóricos em prática, bem como acompanhar e auxiliar os demais colegas de iniciação científica quando era solicitada ou mesmo movida pela curiosidade do novo. Aproveito para destacar a excelente infraestrutura que a instituição tem para a realização de pesquisas que enriqueceram a minha formação”, destacou.

topo ↕

PORTAL METODISTA - TEMPO REAL

Inscrições abertas para Programa Institucional de Dourado Sanduíche no Exterior

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** está com inscrições abertas para o Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) para alunos regularmente matriculados em cursos de doutorado no Brasil.

A duração da bolsa é de, no mínimo, seis meses e, no máximo, 12 meses. A Instituição de Ensino Superior deve publicar o resultado da seleção interna dos candidatos até 8 de março. A inscrição do candidato selecionado no Sistema da **Capex** (Sicapes) deve ser realizada de 11 de março a 12 abril e o início das atividades do programa no exterior será entre agosto e novembro.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

ODS 10: Redução das desigualdades pela educação bilíngue para surdos

Uma das metas do ODS 10 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável firmado pelo Brasil no Acordo de Paris é de, até 2030, garantir que as estratégias promovam a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. Nesse sentido, há que se reconhecer que a educação bilíngue para surdos, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) está na vanguarda da pauta da Presidência da República e de vários Governos Estaduais. Porém, o assunto deve ser tratado com a responsabilidade que merece.

A ampliação do acesso de pessoas com deficiência à educação configura-se como um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma sociedade mais inclusiva para que a sua presença deixe de ser meramente acessória dentro do espaço escolar. Neste sentido, a compreensão da deficiência enquanto fenômeno social tem possibilitado pensar a diversidade afastada do modelo homogeneizante, que nega a diferença como constitutiva do ser humano. A deficiência nesta perspectiva desloca e/ou opõe-se à visão ideológica do inesperado, da exceção, da “tragédia humana” para situar-se nas discussões gerais dos discursos políticos, sociais, educacionais que envolvem a diversidade presente na escola e, com o alunado surdo, não é diferente!

Nas duas últimas décadas, a educação dos surdos tem-se organizado frente às demandas do processo de construção do sistema educacional inclusivo como locus de sua formação. Apesar dos esforços empreendidos a respeito das condições linguísticas deficitárias desse grupo, para compartilhar uma língua comum com seus pares, essa situação parece acirrar as tensões e debates em torno desta temática, quando a presença de perfis linguísticos diferentes dos demais estudantes – “[...] usuários da língua de sinais na sala de aula regular, salvo o próprio aluno surdo” (LACERDA; SOARES, 2007, p. 128) – tem sido considerada. Muitos surdos acabam excluídos do processo educativo pautado exclusivamente numa educação monolíngue em língua portuguesa.

Mas recentemente, os surdos passaram a experimentar diferentes situações de aceitação da sua língua, a saber: a Língua Brasileira de Sinais (Libras), com fundamento na Lei Federal 10.436/2002, que define como forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical, oriunda das comunidades surdas brasileira, não podendo substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2002).

Análoga a esta situação, é possível asseverar no ordenamento jurídico nacional, que o acesso das pessoas surdas à Educação vem se constituindo uma realidade, em todos os níveis etapas e modalidades de ensino. Isto porque a legislação federal supramencionada avalizou às pessoas surdas o direito a uma educação bilíngue, na qual o português se configura como segunda língua, dando à comunidade surda a possibilidade da Libras como língua de instrução, chancelada pelas normativas posteriores a ela – a exemplo do Decreto 5.626/2005, do Plano Nacional de Educação e a Lei Brasileira de Inclusão.

A educação bilíngue passa, então, a ser desejável como resultado das conquistas mais recentes da comunidade surda que valorizam a presença do profissional tradutor-intérprete de Libras-Português no seu processo de escolarização. Segundo o referido diploma legal, é garantido aos surdos: [...] a) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e b) Garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdocegas e surdas, sejam ministradas

nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social (SECADI, 2014, p. 4).

Sob a égide da oferta desta proposta educacional bilíngue torna-se necessária a garantia da apropriação das línguas envolvidas no currículo escolar, como condição para o desenvolvimento educacional para todos os estudantes surdos, com vistas à constituição da sua identidade linguística e cultural em Libras. Assim, a educação básica na perspectiva bilíngue deve ser garantida de modo análogo às crianças ouvintes e falantes do português, independente do lócus em que for desenvolvida.

Recomenda-se que a educação para surdos deve ocorrer em escola bilíngue e ou classes bilíngue, nos termos do Relatório da Política Linguística de Educação Bilíngue – Libras e Língua Português (SECADI, 2014): [...] educação em escola bilíngue para surdos em tempo integral. Os municípios que não comportem escolas de surdos devem garantir educação em classes bilíngues nas escolas comuns, em que a língua de Libras será denominada como ‘de instrução curricular’ nos municípios que demonstrarem baixa demanda de surdos, quando não houver escolas polos multimunicipais na região (SECADI, 2014, p. 20).

Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento de linguagem/apropriação da Libras pelos alunos surdos incidirá nos primeiros anos escolares, sendo este assegurado e, por conseguinte, capaz de garantir uma sólida base educacional, desenvolvida em uma língua acessível aos alunos, possibilitando propor novos modos de organização escolar para os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a educação profissional. A pressão de tornarmo-nos bilíngues coaduna com as exigências do mercado atual que sugere a aprendizagem de duas ou mais línguas aos ávidos para atravessar novas fronteiras. Superar em igual medida as desigualdades que impedem e ou dificultam o acesso e permanência dos surdos nas diferentes modalidades e etapas de educação no Brasil, constitui-se o ponto fulcral para os profissionais envolvidos com a temática e em especial àqueles responsáveis pela gestão e administração pública.

Texto de autoria de: Tadeu Luciano Seco Saravalli – Advogado, Especialista em Gestão Pública pela UFScar, Líder MLG, Mestrando em Ciências Sociais (Área de Relações Internacionais e Desenvolvimento) pela UNESP – Câmpus de Marília, Membro da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas. Atualmente trabalha como Assessor Especial no Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e;

Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins – Pedagoga, Doutora em Educação pela Unesp e Pós-Doutorado em Linguística pela Ufscar, Professora no Departamento de Educação Especial e do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP – Câmpus de Marília. É membro da Red Interuniversitaria Latinoamericana y del Caribe sobre Discapacidad y Directos Humanos – UNPL/Argentina e do Comitê Acadêmico de Discapacidad y Accesibilidad, vinculado à Associação do Grupo de Universidades de Montevideo – CAyAD/AUGM.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ensino médio dobra matrículas de alunos com deficiência em cinco anos

Segundo Censo Escolar do MEC, total passou de 58 mil para 116 mil entre 2014 e 2018; educação especial tem 1,2 milhão de estudantes nas três etapas do ciclo básico

RIO - O Censo Escolar 2018, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) nesta quinta (31), mostra que a educação básica brasileira tem ficado mais inclusiva para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades (superdotação).

No ano passado, houve 1,2 milhão de matrículas na educação especial, que abrange esses alunos; o resultado representa um aumento de 33,2% em relação a 2014. Esse incremento foi influenciado pelas matrículas de ensino médio, que dobraram durante o período.

Maria Teresa Montoan, doutora em Educação e coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (Leped-Unicamp) diz que esse quadro é resultado da "conscientização dos pais de pessoas com deficiência, que acreditam nas possibilidades de seus filhos e continuam sendo guardiões do direito de todos à educação".

— O que tem sido uma força muito grande para o aumento contínuo da inclusão escolar é a consciência social de que não podemos discriminar ninguém por diferença de gênero, religião, deficiência. Ninguém tem uma identidade única, fixa. Nós somos muito mais do que as pessoas definem como nossa identidade — diz Montoan.

O percentual de alunos de 4 a 17 anos da educação especial que estão incluídos em classes comuns — em vez de escolas ou turmas separadas — também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018.

— É um excelente sinal, uma notícia muito auspiciosa. Apesar de todas as tentativas da antiga Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) de querer mudar a política, insistindo no ensino em escolas especiais, o que está predominando é a ideia de que não podemos diferenciar ninguém por uma questão específica, deficiência, autismo. A educação se faz nas escolas comuns, não nas exclusivas.

A coordenadora do Leped diz que para continuar progredindo na inclusão de alunos especiais é necessário investir na formação de professores e no diálogo com a sociedade, dado que se trata de uma mudança cultural.

— Precisamos avançar no ensino básico e no superior formando professores, trabalhando com esses alunos e aprendendo com eles, não ditando o que eles podem saber e o que pode ser ensinado a eles. E é preciso que toda a sociedade entenda a importância de uma escola inclusiva. A inclusão não é apenas para quem tem alguma deficiência, é uma transformação da escola brasileira, que sempre foi para alguns, mas tem de ser para todos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Número 2 do MEC afirma desconhecer proposta de Damares que libera ensino domiciliar

Luiz Antonio Tozi afirma não poder dizer por que medida provisória está sendo discutida no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e não na pasta de Educação

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Antonio Tozi, afirmou nesta quinta-feira que não conhece a proposta de medida provisória (MP) sobre educação domiciliar que vem sendo elaborada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas defendeu que a prática de ensino em casa não substitui a escola na atual legislação. Ele disse que a lei é clara quanto à obrigatoriedade da ida à escola.

— O "homeschooling" não substitui a escola, ele complementa a escola, está na lei que é obrigatória a ida à escola. Os pais têm que saber e devem estar participando da educação de seus filhos — disse o secretário-executivo.

Tozi evitou polemizar em torno da MP que a ministra Damares Alves prometeu apresentar nos cem dias de governo Bolsonaro. Ele, contudo, disse que o MEC trabalha com a ideia de educação domiciliar em conjunto com a educação nas escolas, uma vez que a lei obriga a matrícula nas instituições formais.

Questionado sobre o motivo de o MEC não participar dessa discussão, Tozi afirmou:

— Não posso te dizer, só sobre a educação.

O número 2 do MEC falou a jornalistas após divulgar os dados do Censo Escolar 2018 na sede do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Abandono escolar e reprovação preocupam especialistas e governo

Ao divulgar o novo Censo Escolar da Educação Básica, o alto escalão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) traçou o perfil do ensino e destacou desafios do setor, como o acesso à creches. Após a divulgação dos dados, o Ministério da Educação (MEC) prevê alterações e ajustes de políticas públicas para o ensino. No último ano, houve menos matrículas no ensino básico, conforme a pesquisa divulgada nesta quinta-feira (31).

O diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno Sampaio, explicou que todas as escolas brasileiras são cadastradas para traçar um perfil das condições de oferta educacional. O mesmo ocorre com os professores.

“Conseguimos avaliar as condições das escolas, as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. Além disso, medimos a formação dos professores, para saber qual disciplina ele leciona e se está capacitado para isso. Sabemos onde se formou e quando, por exemplo”, acrescentou, ao frisar que o Censo Escolar é importante para traçar políticas públicas pelo setor.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é que pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos sejam atendidas por instituições educacionais — o que é um desafio, já que nesse recorte, apenas cerca de 32% são atendidas. Outra meta é que 100% das crianças entre 4 e 5 anos sejam atendidas. “(A educação infantil) é uma etapa

que é de responsabilidade dos municípios e que tem uma presença muito forte da iniciativa privada”, ponderou Carlos Eduardo Moreno Sampaio.

Para Carlos, há um desequilíbrio entre a oferta de ensino entre os anos iniciais e a parte final dos estudos. “Diferentemente dos anos iniciais, os finais são compartilhados entres os estados e os municípios. Os alunos dos anos iniciais, ao concluírem a etapa, mudam de escola e de rede. De forma pedagógica, isso traz impactos para a formação”, destaca.

Reprovação e distorção idade-série

Ele observa que a taxa de reprovação é grande. “É um resultado alto e preocupante. As escolas sabem desse problema”, criticou. O índice de distorção idade-série (quando o aluno não está na idade e na fase corretas) alcança 11,2% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, 24,7% nos anos finais e 28,2% no ensino médio.

Um das tendências percebidas pelo Inep é o abandono de jovens no ensino médio e uma migração para a educação de jovens e adultos (EJA). Esses estudantes têm histórico de reprovação. Nos anos iniciais do EJA, a população é adulta, na faixa entre 25 e 30 anos. Já nos anos finais, a faixa etária cai para 19 anos. “Isso mostra que o estudante está de alguma forma procurando concluir os estudos”, ressalta.

Desafios

O secretário Executivo do Ministério da Educação, Luiz Antônio Tozzi, destacou que a queda no número de matrículas tem início na educação básica inicial. “O ensino médio é um conjunto de reflexos. Ele é o resultado do problema. Temos uma grande dificuldade na alfabetização e na educação inicial”, justificou. Tozzi explicou que a situação se agrava sobretudo por as crianças não saberem ler e, assim, reprovarem.

Depois, a mudança de escola no começo do ensino fundamental prejudica a continuidade dos estudos. “O aluno vem carregando deficiências que os professores estavam trabalhando. Quando ele muda de condições, perde o esteio e reprova. A repetência sempre ocorre nos anos iniciais. Isso acontece porque o sistema é descontinuado”, analisa.

Ele defendeu que as famílias seja incluídas no processo de ensino e defende a educação domiciliar. “A educação em casa complementa o processo. O menino ir à escola está na lei. Os pais devem participar da formação de seus filhos. Muitos estão capacitados. Quem é contra ler para o filho? Isso que queremos fortalecer”, diz, ao ressaltar que, na proposta do governo federal, a matrícula continua sendo obrigatória

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufra anuncia abertura de novos cursos nos processos seletivos de 2020 e 2021

A universidade passará a ter um total de 2.350 vagas em 44 cursos de graduação regulares, distribuídos nos campi, Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu.

A Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) anunciou que vai ofertar novos cursos de graduação nos processos seletivos de 2020 e 2021. No total, sete cursos farão parte do currículo da instituição, incluindo cursos inéditos como o de enfermagem, na área da saúde. Com a ampliação, a Ufra passará a ter um total de 2.350 vagas em 44 cursos de graduação regulares, distribuídos nos campi, Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu.

De acordo com a universidade, no primeiro semestre de 2020 terão início os cursos de bacharelado em ciências biológicas, bacharelado em ciência e tecnologia de alimentos e licenciatura em pedagogia (Campus Belém) e bacharelado em ciências contábeis (Campus Paragominas), com oferta de 50 vagas cada. Todos os cursos já estão autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

Além do curso de enfermagem, os cursos de engenharia de alimentos (Campus Tomé Açu) e licenciatura em matemática (Campus Capitão Poço), estão previstos para iniciar no primeiro semestre de 2021, com oferta de 50 vagas cada.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

As doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica que afetam milhões de pessoas no mundo e no Brasil

Pessoas afetadas tem pouca voz política, diz especialista, explicando falta de pesquisas por cura e tratamento para enfermidades como hanseníase, doença de Chagas e leishmaniose, que afetam em particular população de baixa renda.

Cerca de um bilhão de pessoas no mundo — um sexto de todos os humanos no planeta — são afetados pelas chamadas "doenças negligenciadas": enfermidades que a indústria farmacêutica não tem interesse em pesquisar, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O motivo? "Elas estão relacionadas à pobreza, não têm muito interesse para o mercado porque não dão um retorno lucrativo", explica Sinval Brandão, pesquisador da Fiocruz e presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT).

A OMS classifica 17 patologias como doenças tropicais negligenciadas. Elas são diferentes uma da outra, mas têm em comum o fato de atingirem principalmente pessoas de baixa renda ou em condição de miséria, em lugares pobres e em países em desenvolvimento.

Algumas das patologias são conhecidas há séculos, explica Ethel Maciel, epidemiologista da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Várias delas você já deve ter estudado na escola: teníase, lepra, doença de Chagas, esquistossomose, doença do sono, tracoma, oncocercose, filariose linfática, entre outras.

Para muitos que vivem em grandes centros urbanos no Primeiro Mundo, há a impressão (errônea) de que são doenças do passado, que já foram erradicadas. Afinal, em extensas partes do mundo nas quais as condições de vida e de higiene melhoraram, elas não são mais um problema.

Mas elas continuam bem presentes, concentradas em regiões pobres do mundo, em áreas rurais remotas, em favelas e áreas urbanas sem saneamento - inclusive (e em grande quantidade) no Brasil.

"O Brasil foi responsável por 70% das mortes no mundo por doença de Chagas em 2017; contribuiu com 93% dos novos casos de hanseníase e 96% dos casos de leishmaniose visceral do continente, só para citar alguns exemplos", diz Jardel Katz,

gerente de pesquisa e desenvolvimento da DNDI (Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas).

Se tanta gente é afetada, por que não se fala mais dessas doenças? Elas são silenciosas, diz a OMS, "porque as pessoas afetadas ou em risco tem pouca voz política".

"Às vezes em que chamam a atenção é quando saem do circuito de baixa renda e locais pobres em que normalmente são endêmicas e atingem a classe média, bairros ricos", diz Ethel Maciel. "É o caso da dengue, por exemplo."

Algumas entidades consideram um grupo maior de enfermidades na lista das negligenciadas. O projeto G-Finder cita 33 enfermidades em seu relatório anual sobre doenças negligenciadas, incluindo tuberculose e malária na lista. O projeto é organizado pelo centro de estudos Policy Cures Research, dedicado a buscar formas de promover avanços na saúde da população mais pobre no mundo, e patrocinado pela fundação Bill & Melinda Gates.

Segundo Jardel Katz, da DNDI, todas as 33 doenças consideradas pelo G-Finder estão presentes no Brasil, em maior ou menor medida dependendo da região.

O Ministério da Saúde definiu em 2008 sete doenças negligenciadas como prioridade no país, com base em dados sobre seu impacto no Brasil: dengue, doença de Chagas, leishmaniose, hanseníase, malária, esquistossomose e tuberculose.

O problema é que, justamente em uma área tão dependente de investimento público, o gasto governamental com pesquisa e desenvolvimento vem caindo. Segundo um relatório da G-Finder publicado recentemente, o governo fez um corte de 42% em verbas para pesquisa em doenças negligenciadas entre 2016 e 2017.

Tratamento antigo

A falta de interesse da indústria farmacêutica faz com que essas doenças tenham tratamentos muito antigos, com limitações, baixa eficácia e reações adversas, explica Jadel Katz.

Um dos principais tratamentos para a leishmaniose, por exemplo, é feito com uma substância chamada antimoniato, que mata o protozoário causador da infecção.

"É um tratamento que tem mais de cem anos e é muito tóxico. A pessoa entra no tratamento e pode ter problema cardíaco, renal", explica o epidemiologista Guilherme Werneck, doutor em saúde pública por Harvard e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

"Há um outro remédio, a Anfotericina B lipossomal, mas que é muito cara e também é bastante tóxica", diz Werneck.

Ethel Maciel explica que a dificuldade não é só para tratamentos, mas também em prevenção e diagnóstico.

"No combate à dengue, a forma de se combater o vetor (o mosquito transmissor do

vírus) é a mesma desde os anos 1980 na maior parte do país", diz ela. No caso da dengue, hoje ainda não há remédio específico e apenas uma vacina, que tem baixa eficácia.

Pesquisa e desenvolvimento

"Para essas doenças é o setor público quem financia mais pesquisas, e isso gera descobertas importantes. Mas para questões de inovação e tratamento, a parceria com a iniciativa privada é essencial", diz Werneck.

Isso porque, explica Jadel Katz, quando se fala de avanços na área da saúde em geral, normalmente as universidades e instituições públicas fazem a maior parte das chamadas pesquisas em ciência básica (estudando os agentes causadores e como combatê-los).

O estudo sobre a criação e aplicação de remédios propriamente ditos acaba ficando com a iniciativa privada, que tem mais dinheiro e estrutura — além do interesse econômico nisso. "Eles cuidam mais dessa etapa onde há as questões regulatórias, os testes clínicos, que exigem participação de pacientes, dinheiro", diz Katz.

Além disso, há uma terceira etapa, de fabricação, que exige infraestrutura de produção.

No caso das doenças negligenciadas, no entanto, praticamente toda a pesquisa e desenvolvimento é feita pelo setor público ou por instituições sem fins lucrativos, principalmente estrangeiras.

"É uma área extremamente dependente de investimento público", explica Sinval Brandão.

Mas mesmo que o setor público e a academia invistam em pesquisa, o avanço é muito mais difícil sem a infraestrutura da indústria, principalmente na criação de tratamentos e na fabricação de remédios.

No Brasil, instituições públicas como o laboratório de remédios Farmanguinhos, da Fiocruz, fazem esse trabalho, mas elas ainda são poucas e não conseguem ter um nível de produção comparável ao da iniciativa privada.

"Já que não é um business puro, é preciso ter alternativas de desenvolvimento", diz Katz. "Trazer parceiros para conversar, tanto na esfera governamental e de ciência básica, quanto pensando em ter um parceiro industrial. É preciso ter diferentes parceiros, que dominam diferentes estágios de produção."

Queda no investimento

No Brasil, há uma grande preocupação com a queda de investimentos do governo nessas doenças.

Segundo o relatório da G-Finder sobre investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em doenças negligenciadas, o investimento no Brasil caiu muito nos últimos anos — apesar de ter crescido no mundo, onde atingiu seu maior patamar em 2017.

De acordo com a pesquisa, publicada na semana passada, o total de investimento na área no Brasil foi de R\$ 29 milhões em 2017, 42% a menos do que em 2016, o que tirou o

Brasil da lista de doze maiores financiadores globais.

"Sentimos diretamente essa redução nos cortes orçamentários", afirma Sinval Brandão, da SBMT. "A redução de investimento, que já se vinha sentindo nos últimos anos, em 2017 e 2018 foi muito maior, interrompendo projetos e fechando laboratórios."

De acordo com o relatório, entre 2016 e 2017 a diminuição no financiamento público foi resultado do teto de gastos estabelecido pelo governo, que causou cortes de duas agências financiadoras: o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), que teve uma redução de R\$ 15 milhões no investimento; e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que cortou R\$ 14 milhões.

"Essa redução geral é extremamente significativa em uma área que tem tão pouco interesse do setor privado", afirma Brandão.

Isso afetou praticamente todas as patologias negligenciadas consideradas prioritárias pelo Ministério da Saúde no Brasil.

O investimento em pesquisas sobre malária caiu 15%. Para leishmaniose, a redução de verbas foi de 63%. Para tuberculose, o corte foi de 45%.

Para doença de Chagas - problema para o qual o Brasil foi, durante cinco anos, o segundo maior financiador de pesquisas - o corte foi de 74%.

Só duas doenças tiveram aumento no investimento. Uma delas foi a dengue, que cresceu 41%.

A outra foi a esquistossomose, que teve um aumento considerável, de R\$ 500 mil em 2016 para R\$ 2,8 milhões em 2017 — aumento de 460%. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 1,5 milhões de pessoas viverem em áreas sob risco de contrair a doença.

O que diz o governo

Quando aprovou o teto de gastos, em 2016, o governo disse reiteradamente que o limite no orçamento não afetaria as áreas de saúde e educação — vários defensores da medida fizeram essa afirmação, incluindo os ministros Henrique Meirelles (que estava no Ministério da Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento).

Questionado pela BBC News Brasil, o Ministério do Planejamento afirmou que quem deveria se pronunciar sobre o assunto é o Ministério da Saúde. "O dinheiro sai do orçamento para o órgão. Ele é que decide onde e como gastar", disse a pasta, em nota.

Já o Ministério da Saúde diz que seu Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) não fez cortes em doenças negligenciadas e que mantém pesquisas por meios de parcerias com órgãos governamentais como CNPq e Finep, mas que não responde por cortes feitos por agências financiadoras.

O ministério também afirma que o Brasil tem "alta carga de doenças não-transmissíveis, além das doenças transmissíveis e negligenciadas."

"Isto faz com que os recursos para pesquisa sejam destinados para diversas frentes de

conhecimento. Em relação especificamente às doenças negligenciadas, podem ocorrer destinações de recursos maiores ou menores para determinadas doenças a partir de necessidades específicas. Por exemplo, em 2016 e 2017, com a emergência em Zika, houve investimento maior em pesquisas relacionadas ao mosquito *Aedes aegypti*."

A pasta destaca dados do relatório G-Finder que apontam o Decit como um dos maiores financiadores de pesquisas relacionadas a controle vetorial do mosquito em 2017. Diz ainda que outras áreas do Ministério da Saúde e do Governo Federal "financiam pesquisas e não estão contemplados no relatório", mas não especificou quais, para quais doenças e nem quanto foi investido.

No entanto, o ministério destacou uma lista de ações de combate às doenças negligenciadas que não envolvem pesquisa e desenvolvimento (e por isso não estão no relatório G-Finder), como "repasses extras anuais superiores a R\$ 10 milhões para intensificação das ações de controle da malária nos Estados com maior registro de casos".

"Quanto a hanseníase, o Ministério da Saúde realiza anualmente campanha para alertar a população sobre sinais da doença, estimular a procura pelos serviços de saúde e mobilizar profissionais de saúde na busca ativa de casos, favorecendo assim o diagnóstico precoce, o tratamento oportuno e a prevenção das incapacidades", diz a pasta, em nota.

O órgão também destacou o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública, lançado no ano passado, e a "atuação em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde no controle das leishmanioses", além do diagnóstico e tratamento gratuito oferecido no SUS para as doenças.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ensino integral cai no fundamental e cresce no médio, mostra Censo O percentual de matrículas em tempo integral passou de 16,3% no ensino fundamental, nas escolas públicas, em 2017 para 10,9% em 2018

O percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas, ou seja, de estudantes que passam sete horas diárias na escola, participando de diversas atividades, caiu no ensino fundamental, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2018 divulgados nesta quinta-feira (31) pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Já no ensino médio, o número cresceu.

De acordo com o Censo, o percentual de matrículas em tempo integral passou de 16,3% no ensino fundamental, nas escolas públicas, em 2017 para 10,9% em 2018. Esse percentual chegou a 19,4% em 2015. Nas escolas privadas, as matrículas tiveram um leve aumento, passando de 2,1% para 2,2% de 2017 para 2018.

No ensino médio, a situação foi oposta. O percentual de matrículas em tempo integral passou de 8,4% em 2017 para 10,3% em 2018, nas escolas públicas. Nas privadas, passou de 3,9% para 4% no mesmo período. Os estudantes podem, nesse tempo, ter acesso a atividades culturais, esportivas, além de conteúdos de comunicação, saúde, entre outros.

No ensino fundamental, o programa federal Mais Educação oferece recursos financeiros

para que as escolas implementem as atividades. Em 2017, foi reformulado e renomeado para Novo Mais Educação. As ações passaram a priorizar escolas em situação de vulnerabilidade.

No ensino médio, o tempo integral ganhou destaque com o novo ensino médio, aprovado em lei em 2017, que visa a aumentar esse atendimento. O MEC (Ministério da Educação) auxilia os estados por meio do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Ampliar a educação em tempo integral nas escolas é também uma das metas do PNE (Plano Nacional de Educação), lei que estabelece parâmetros para melhorar a qualidade da educação brasileira. Uma das metas do PNE é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica até 2024.

Menos estudantes

No ano de 2018, foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas 181,9 mil escolas de educação básica brasileiras. O número total apresenta uma redução em relação aos 48,6 milhões de estudantes registrados em 2017.

A maior parte dos estudantes está na rede pública, cerca de 39,5 milhões, 81,44% do total. Estão também, majoritariamente na área urbana (88,7%).

Apesar da redução do número geral de alunos, segundo o Censo, a quantidade de matrículas na educação infantil cresceu cerca de 2,8% em relação a 2017, atingindo 8,7 milhões em 2018. Esse crescimento foi decorrente principalmente do aumento das matrículas em creches (5,3%).

O número de matrículas da EJA (Educação de Jovens e Adultos) diminuiu 1,5% no último ano, chegando a 3,5 milhões em 2018. Já o número total de matrículas da educação profissional aumentou 3,9% em relação ao ano de 2017, chegando a 1,9 milhão de estudantes.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Em um ano, Brasil tem 1,1 milhão de matrículas a menos no período integral

Em um ano, o Brasil teve queda de 1,1 milhão de matrículas para o período integral no ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) e médio. O aumento das vagas em tempo integral foi uma das apostas do governo federal nos últimos anos para melhorar os índices educacionais. Os dados são do Censo Escolar 2018, divulgado nesta quinta-feira, 30, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Em 2017, havia 13,9% dos alunos do ensino fundamental em tempo integral (com 7 horas ou mais de aulas diárias) - com 3,79 milhões de matrículas. Esse índice passou para 9,4% no ano passado - com 2,55 milhões. A proporção é substancialmente menor na rede privada - apenas 2,2% dos alunos estudam nessa modalidade.

No ensino médio, o percentual de alunos em tempo integral aumentou. Passou de 8,4% para 10,3%. O percentual se refere à rede pública, que soma 6.777.892 estudantes. Adicionando a rede privada, o índice foi de 9,5%. Depois de aprovar a reforma do

Ensino Médio e lançar um programa para expandir o número de matrículas em tempo integral nessa etapa de ensino, o governo Michel Temer não conseguiu alcançar a meta que havia estipulado, de ter 13% dos estudantes nessa modalidade até o ano passado.

Especialistas e pesquisas apontam o ensino em tempo integral como forma de garantir melhor aprendizagem, uma vez que os estudantes têm mais contato com conteúdos escolares. A modalidade, no entanto, é mais cara.

Com a queda, o Brasil fica ainda mais distante de alcançar a meta do Plano Nacional da Educação (PNE) que prevê, até 2024, alcançar 25% das matrículas e 50% das escolas da rede pública nessa modalidade. O governo Jair Bolsonaro não apresentou ainda um plano para aumentar o número de estudantes no período integral.

Reprovação

Ainda no ciclo da alfabetização, 11,2% das crianças matriculadas no 3º ano do ensino fundamental estão com dois anos ou mais de atraso. A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. Ou seja, os dados mostram que, no ano passado, uma em cada dez crianças tinha 10 anos ou mais enquanto cursava o 3º ano do ensino fundamental - 8 anos é a idade esperada para a série.

O que leva a distorção pode ser o abandono escolar ou a reprovação, esta última é a principal explicação nessa etapa.

Especialistas e pesquisas em educação indicam que a reprovação tem um efeito negativo na aprendizagem. Uma pesquisa do Cenpec também reforça que os estudos internacionais indicam que a reprovação escolar "é considerada prenunciador importante do abandono escolar, conturba a trajetória escolar, é prática financeiramente dispendiosa e gera resultados contestáveis".

A reprovação nos anos iniciais também é apontada como fator que leva ao crescimento da distorção série-idade ao longo da vida escolar. Dados do Censo Escolar de 2018 mostram que nos anos finais do ensino fundamental (do 5º ao 9º ano) chega a 24,7% e 28,2%, no ensino médio.

Além disso, a taxa de distorção do sexo masculino é maior que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre os sexos é observada no sexto ano do ensino fundamental, onde a taxa de distorção idade-série é 31,6% para o sexo masculino e 19,2% para o sexo feminino.

PÁGINA 20 - AC - EDUCAÇÃO

Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista

Principal responsável pela formação técnica e profissional de jovens e trabalhadores brasileiros para vários setores da indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), está com a atual estrutura ameaçada.

O governo federal tem sinalizado, desde o período de transição, no ano passado, executar cortes de 30% a 50% nas verbas repassadas a instituições do sistema S, do qual faz parte o SENAI. Para especialistas, a decisão pode provocar graves consequências para a educação técnica e, até mesmo, para serviços de saúde prestados à população brasileira.

Ao todo, no Brasil, o SENAI mantém 541 escolas de todos os estados e no Distrito Federal, que registraram mais de 2,3 milhões de matrículas, em 2017. A instituição, calcula, porém, que casos os cortes sejam realizados, 162 escolas terão de fechar as portas.

“Além de acabar com empregos de educadores, técnicos, especialistas e pesquisadores, se forem feitos, os cortes prejudicarão a educação, pesarão sobre a saúde e afetarão a economia do país como um todo”, explica o diretor-geral do SENAI e também diretor-superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi.

A avaliação de Lucchesi é corroborada por especialistas em educação como, por exemplo, o ex-diretor geral da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Cláudio de Moura e Castro. O especialista conta que o sistema educacional aplicado pelo SENAI pode ser comparado aos aplicados nos países mais desenvolvidos do mundo.

“Por quase 15 anos trabalhei na Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Me coube, nesse momento, visitar muitas escolas profissionais, dezenas. Algumas em países avançados, mas a maioria nos países, ditos, em desenvolvimento. Mas uma coisa me chamou a atenção. Eu não vi nenhuma escola em países em desenvolvimento que chegasse próxima das escolas do SENAI. Pelo contrário, essas escolas (SENAI) estão praticamente no mesmo nível daquelas escolas que a gente admira nos países avançados”, analisa.

Atualmente, cerca de 70% dos cursos do SENAI são oferecidos de forma gratuita. De acordo com Rafael Lucchesi, os possíveis cortes nos recursos tornarão inviável a oferta de ensino em todos os estados do país, com consequências mais graves, sobretudo, nas regiões Norte e parte do Nordeste.

Mas, a chamada “facada no sistema S”, prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, terá efeito não apenas no SENAI, mas em instituições como Senac, Sebrae e Sesi, entre outros.

O Serviço Social da Indústria (SESI), por exemplo, também tem uma rede de escolas de que beneficia 1,2 milhão de jovens com educação básica, principalmente de famílias de trabalhadores da indústria. Além disso, oferece prestação de serviços de saúde que inclui desde a oferta gratuita de vacinas e exames de mamografia para trabalhadoras. Um corte nos recursos deste sistema pode acarretar na falta de atendimento para 1,2 milhão de pessoas, que teriam que buscar os serviços na rede pública ou custeá-los na rede particular, segundo informações do próprio Sesi.

Agência do Rádio Mais

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - REGIONAL

Do sonho ao pesadelo

Emissão irregular de diploma universitário é alvo de denúncias. As reclamações envolvem duas faculdades do interior cearense. No entanto, o Conselho Regional

de Serviço Social (Cress) afirma que diversas queixas estão surgindo, o que sugere que o número de prejudicados seja ainda maior

No interior do Ceará houve uma expansão na oferta de Ensino Superior, mas nem sempre o sonho de obter um diploma se transforma em realidade. Em pelo menos três cidades (Brejo Santo, Milhã e Mombaça), alunos relatam irregularidades em um curso de bacharelado em Serviço Social. A lista, no entanto, pode ser maior a julgar pelas denúncias e reclamações que estão surgindo. Há suspeita, inclusive, de ilegalidade em outros cursos.

Em Brejo Santo, no Sul do Ceará, um golpe mexeu com o sonho de dezenas de alunos que, após quatro anos de estudo, tinham a esperança de conseguirem não só o diploma de bacharel em Serviço Social, mas também um lugar no mercado de trabalho. Desde 2016, eles esperam pelo documento de conclusão do curso, mas receberam somente uma declaração.

As pessoas prejudicadas explicam que estudaram em uma instituição, mas receberam a declaração em nome de outra, a Faculdade Kurios - Fak, que tem sede em Maranguape. "A Fak é reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação), mas não para ofertar curso semipresencial", observou a concludente e vendedora, Amanda Oliveira Amorim. "Sem os diplomas, estamos impossibilitados de exercer a profissão", completa.

A falta do diploma impede a realização do sonho de muitos concludentes. Um grupo viajou da cidade de Exu, em Pernambuco, para protestar em Brejo Santo, onde fica a instituição na qual estudaram por quatro anos.

Maria Valma Parente, dona de casa e ex-aluna, gastou mais de R\$ 10 mil com mensalidades, apostilas e deslocamento para fazer o curso superior. "Muitos falam em receber indenização, mas eu quero o meu diploma, a minha realização como pessoa", pondera. Até quem trabalhou na aplicação de provas do curso, que era ofertado na modalidade a distância, se sentiu enganada.

É o caso da professora Fátima de Miranda Parente. "Foram quatro anos de trabalho, observando o sonho dos alunos, empolgados em ter um curso, uma profissão bonita".

O advogado do grupo de concludentes, Anunciado Saraiva, registrou Boletim de Ocorrência na Delegacia Regional de Polícia Civil de Brejo Santo e adiantou que vai ingressar com ação judicial por prática de crime de estelionato e processar os responsáveis na área civil e criminal. A reportagem não conseguiu falar com nenhum responsável pela administração do curso.

Milhã

Outros alunos que cursaram bacharelado em Serviço Social no Instituto de Educação Superior de Milhã, entre 2011 e 2016, receberam diploma de outra instituição que é reconhecida pelo MEC, mas não para ofertar curso na cidade e, por isso, não conseguem o registro profissional no Conselho Regional de Serviço Social (Cress).

O grupo, de aproximadamente 30 alunos, recebeu declaração de conclusão de curso emitida pela Faculdade Cidade de Guanhães, em Minas Gerais. Em alguns diplomas constam, no verso, carimbos da Universidade Iguazu (Unig) de Nova Iguaçu, no Rio de

Janeiro, e de reconhecimento de portaria do MEC.

Os concludentes contam que estudavam nos fins de semana. A mensalidade custava R\$ 215, com desconto.

A descoberta da irregularidade ocorreu quando alguns alunos tentaram registrar o diploma no Cress. "Eu me sinto decepcionada, investi tempo e dinheiro e não vou poder exercer a profissão por falta de registro profissional", lamenta a coordenadora de vendas, Rafaela da Silva Batista. "Esperamos justiça, ressarcimento das mensalidades".

A ex-aluna Gerda Kele de Souza é taxativa. "Quando fomos ao Conselho descobrimos que a faculdade não era reconhecida e já faz três anos que lutamos por nossos direitos, mas até agora nada", reforça. "Já procuramos a instituição e não há resposta concreta para nós. Faço aqui um apelo porque não foi fácil fazer esse curso, pagar, e espero que seja resolvido da melhor maneira possível", reitera.

Alguns alunos relatam, inclusive, constrangimento. Foram aprovados em concurso e não conseguiram ser contratados por falta do registro profissional. Outros, no entanto, ingressaram na Justiça e obtiveram decisão favorável.

A vice-presidente interina do Conselho Regional de Serviço Social, Wanessa Beleza, diz que o órgão faz a análise dos documentos apresentados pelos concludentes para emissão de registro profissional. "Observamos, desde 2014, que muitos bacharéis que procuram o Conselho frequentaram curso em institutos, e não faculdades, no interior do Ceará", explica. "No período de estágio migram para faculdades, que têm autorização de ofertar o curso, mas não naquela cidade", completa.

Para a vice-presidente do Cress, as pessoas foram enganadas. "Temos muitas denúncias, inclusive de professores, e lista de alunos que estudaram em institutos, mas na hora do estágio e do diploma foram jogados para outras instituições, e só depois percebem que foram enganados", frisa Wanessa Beleza.

O Conselho já encaminhou várias denúncias para o Ministério Público Federal. "O Cress não é culpado, os alunos precisam, antes de se matricular, consultar o portal do MEC e verificar se a instituição tem autorização para ofertar o curso naquela cidade", orienta Wanessa Beleza.

Explicação

Roneuto Lima explica que a oferta do curso foi feita pelo instituto que era da irmã dele, que morreu no ano passado. Frisa que no prédio onde funcionou o curso de Serviço Social atualmente existe a sede da Faculdade do Sertão Central (Fasec), que foi criada em 2018, e nada tem a ver com o Instituto de Educação Superior de Milhã. "Era uma empresa individual que se extinguiu com a morte da minha irmã", diz. "Zelamos pelo nome da Fasec".

Empresário do setor de Educação, Roneuto acrescenta que seis concludentes já obtiveram na Justiça o registro profissional em Serviço Social e recomenda que os demais alunos também deem entrada no pedido de registro no Cress. "O curso é reconhecido, o diploma tem registro no MEC", garante.

O advogado dos ex-alunos de Milhã, Cláudio Benevides, lembra que há no Ceará um problema generalizado com a oferta de cursos superiores por institutos de forma irregular. "Eles recebem diplomas, como se estivessem estudado na faculdade, o que não é verdade", alerta. "O curso é até reconhecido, mas não tem autorização para ser ministrado fora do perímetro da instituição. Essa é a irregularidade".

Por fim, Roneuto ressalta que os honorários advocatícios das seis universitárias que entraram na Justiça, e tiveram êxito, foram custeados pela família da então dona da faculdade de Milhã. "E assim será com todos que entrarem na Justiça. Embora a faculdade esteja extinta, o esposo da minha irmã dará amplo e irrestrito apoio aos alunos que precisarem".

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

ProUni oferece 243.888 bolsas de estudo

O Programa Universidade para Todos (ProUni) vai oferecer 243.888 bolsas de estudo em 1.239 instituições particulares de ensino. Dessas, 116.813 são integrais, e 127.075, parciais. O sistema foi aberto ontem (30) para a consulta de vagas. As inscrições começam nesta quinta-feira (31), na página do programa. As inscrições vão até as 23h59 do dia 3 de fevereiro, seguindo o horário oficial de Brasília. A consulta pública de bolsas do ProUni está disponível na página do programa na internet.

O estudante pode pesquisar as bolsas ofertadas por curso, instituição ou município. O ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Em contrapartida, o programa oferece isenção de tributos às instituições que aderem ao programa.

Os estudantes que forem selecionados podem pleitear ainda Bolsa Permanência, para ajudar nos custos dos estudos, e podem também usar o Fundo de Financiamento Estudantil para financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. O número de bolsas ofertado nesta edição é o maior desde o início do programa, em 2005.

As bolsas integrais, que cobrem todas as mensalidades dos estudantes, aumentaram em relação as 113,8 mil bolsas ofertadas na primeira edição do programa no ano passado. Já o número de bolsas parciais ofertadas este ano, que cobrem 50% desses custos, reduziu em relação as 129,1 mil ofertadas em 2018.

Desde a criação do programa, até 2016, com exceção de 2008, o número de bolsas integrais sempre superou o número de parciais nas primeiras edições. Em 2017, a situação se inverteu e o número de bolsas integrais passou a ser menor que o de parciais. Além disso, foi menor que as bolsas do mesmo tipo ofertadas em 2016.

No ano passado, a oferta de bolsas de 100% voltou a crescer, mas o número continuou sendo menor que o de parciais. Nesta edição, a situação se mantém. Em relação às bolsas parciais, elas vinham crescendo desde 2014, quando foram ofertadas cerca de 60 mil bolsas, um aumento em relação as 53,6 mil do ano anterior. Esta é a primeira queda desde então. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o ProUni já atendeu mais de 2,47 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais.

topo ↕

180 GRAUS - TEMPO REAL

Inscrições para o curso de Física da UAB vão até esta quinta (31)

Termina nesta quinta-feira (31/01) o prazo para inscrições no processo de seleção simplificada para o curso de Licenciatura em Física, na modalidade a distância, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Instituto Federal do Piauí (IFPI) é a instituição ofertante e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é parceira no programa que leva o ensino superior 50 polos nos municípios piauienses.

Em 2019, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** disponibilizou 3.600 vagas para os polos do Piauí, nos cursos de História, Espanhol, Ciências Contábeis, Matemática, Administração Pública, Inglês, Física, Português, Geografia, Turismo e Ciências da Natureza, que ofertou vagas até dia 10/01. Neste mês de janeiro já estão disponíveis 700 vagas.

O superintendente de Ensino Superior da Seduc, Ellen Gera, observa que da totalidade de polos da UAB do Estado, 37 são de responsabilidade Seduc, que é mantenedora da estrutura física, tecnológica e de gestão de coordenação.

"O ensino superior na modalidade a distância cresceu muito na gestão do governador Wellington Dias. Além da UAPI, mantida exclusivamente com recursos do Governo do Estado, temos a UAB, que terá mais quatro polos em 2019 conseguidos com muito esforço. Para o novo curso de Licenciatura em Física as inscrições já estão abertas ofertando 175 vagas. O curso de Física é essencial para o desenvolvimento do ensino tecnológico e científico do Piauí", relata o superintendente.

Os novos polos foram autorizados pela **Capes** nos municípios de Altos, Avelino Lopes, Fronteiras e José de Freitas. Já as turmas de Física estão sendo disponibilizadas nos municípios de Campo Maior, Buriti dos Lopes, Floriano, Monsenhor Gil e Valença. As inscrições acontecem até o dia 31 de janeiro.

O secretário de Estado da Educação, Hélder Jacobina, explica essa é mais uma conquista importante para expansão do ensino superior público no Estado. "Nessa gestão, já levamos cursos técnicos para todos municípios e levaremos ensino superior também a todos, quando teremos o ciclo completo da educação em todos os municípios do Piauí. Esse é um grande feito e acredito que seremos o único estado do Brasil a ter Ensino Infantil, Fundamental, Médio, Técnico e Superior próximo de todos", completa o secretário.

topo ↕

DIFUNDIR - TEMPO REAL

UniBrasil abre inscrições para Mestrado e Doutorado

Estão abertas as inscrições para o Programa de Pós-Graduação (PPGD) em Direito no UniBrasil Centro Universitário. Ao todo estão sendo ofertadas 20 vagas para o Mestrado e 10 para o Doutorado na área de concentração: Direitos Fundamentais e Democracia.

As inscrições para o Programa, avaliado com nota 4 pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, podem ser realizadas pelo site <http://www.unibrasil.com.br/cursos/mestrado-e-doutorado/>.

O Programa em Direitos Fundamentais e Democracia possui duas linhas de pesquisa:

“Constituição e Condições Materiais da Democracia” e “Jurisdição e Democracia”.

Candidatos

Podem participar do processo seletivo do Mestrado os bacharéis em direito ou áreas afins e, do Doutorado, os mestres em direito ou áreas afins. Estrangeiros com diplomas equivalentes obtidos no exterior, também podem se inscrever desde que estejam em situação regular no Brasil. Todos os participantes devem apresentar um projeto de pesquisa coerente a área de concentração de uma das linhas de pesquisa do Programa.

Processo Seletivo

O Processo Seletivo do PPGD, possui quatro etapas, sendo elas a inscrição e apresentação da documentação do candidato; avaliação escrita; avaliação oral perante uma banca de seleção; além de um exame de proficiência em língua estrangeira.

Serviço

Inscrições abertas até 21 de fevereiro

PPGD UniBrasil

Secretária – bloco 6

Endereço: Rua Konrad Adenauer, nº 442, Tarumã

Mais informações: <http://www.unibrasil.com.br/cursos/mestrado-e-doutorado>

topo ↕

HORA BRASIL - TEMPO REAL

Inep abre inscrições para tradutores

Encontram-se abertas as inscrições para interessados em atuar no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As oportunidades são para profissionais tradutores de inglês, espanhol e francês.

Inpa abre 48 vagas em Capacitação e oferece bolsa de até R\$ 5.200

As pessoas aprovadas irão atuar na preparação de materiais de exames e avaliações de larga escala da educação básica.

Podem se candidatar os graduados em Letras (Inglês, Espanhol ou Francês). O profissional precisa também ter acesso a computador com internet e saber usar as ferramentas básicas, para poder desenvolver o trabalho.

Além disso, a pessoa não pode fazer parte do quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Fundação Butantan abre novas vagas de emprego; mande o seu currículo

Também não será permitido o cadastro de pessoas que sejam proprietárias de estabelecimento de ensino privado cuja finalidade coincida ou a atividade reflita com o objeto da Chamada Pública.

Durante a seleção serão avaliados diversos itens como:

Formação acadêmica;

Experiência profissional nos últimos cinco anos;

Formação complementar nos últimos 10 anos;

Atuação de produção científica nos últimos cinco anos, entre outros.

Inscrições para o credenciamento no Inep

Interessados poderão se inscrever até o dia 15 de fevereiro no Sistema do Banco Nacional de Itens (BNI).

Durante a inscrição será necessário anexar alguns documentos comprobatórios da formação de nível superior exigida e documentos complementares. O resultado será divulgado em 25 de março de 2019.

topo ↕

JORNAL DO SUDESTE - TEMPO REAL

Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista

Principal responsável pela formação técnica e profissional de jovens e trabalhadores brasileiros para vários setores da indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), está com a atual estrutura ameaçada.

O governo federal tem sinalizado, desde o período de transição, no ano passado, executar cortes de 30% a 50% nas verbas repassadas a instituições do sistema S, do qual faz parte o SENAI. Para especialistas, a decisão pode provocar graves consequências para a educação técnica e, até mesmo, para serviços de saúde prestados à população brasileira.

Ao todo, no Brasil, o SENAI mantém 541 escolas de todos os estados e no Distrito Federal, que registraram mais de 2,3 milhões de matrículas, em 2017. A instituição, calcula, porém, que casos os cortes sejam realizados, 162 escolas terão de fechar as portas.

“Além de acabar com empregos de educadores, técnicos, especialistas e pesquisadores, se forem feitos, os cortes prejudicarão a educação, pesarão sobre a saúde e afetarão a economia do país como um todo”, explica o diretor-geral do SENAI e também diretor-superintendente do SESI, Rafael Lucchesi.

A avaliação de Lucchesi é corroborada por especialistas em educação como, por exemplo, o ex-diretor geral da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Cláudio de Moura e Castro. O especialista conta que o sistema educacional aplicado pelo SENAI pode ser comparado aos aplicados nos países mais desenvolvidos do mundo.

“Por quase 15 anos trabalhei na Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Me coube, nesse momento, visitar muitas escolas profissionais, dezenas. Algumas em países avançados, mas a maioria nos países, ditos, em desenvolvimento. Mas uma coisa me chamou a atenção. Eu não vi nenhuma escola em países em desenvolvimento que chegasse próxima das escolas do SENAI. Pelo contrário, essas escolas (SENAI) estão praticamente no mesmo nível daquelas escolas que a gente admira nos países avançados”, analisa.

Atualmente, cerca de 70% dos cursos do SENAI são oferecidos de forma gratuita. De acordo com Rafael Lucchesi, os possíveis cortes nos recursos tornarão inviável a oferta de ensino em todos os estados do país, com consequências mais graves, sobretudo, nas regiões Norte e parte do Nordeste.

Mas, a chamada “facada no sistema S”, prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, terá efeito não apenas no SENAI, mas em instituições como Senac, Sebrae e SESI, entre outros.

O Serviço Social da Indústria (SESI), por exemplo, também tem uma rede de escolas de que beneficia 1,2 milhão de jovens com educação básica, principalmente de famílias de trabalhadores da indústria. Além disso, oferece prestação de serviços de saúde que inclui desde a oferta gratuita de vacinas e exames de mamografia para trabalhadoras. Um corte nos recursos deste sistema pode acarretar na falta de atendimento para 1,2 milhão de pessoas, que teriam que buscar os serviços na rede pública ou custeá-los na rede particular, segundo informações do próprio SESI.

topo ↕

JORNOW - NOTÍCIAS

UniBrasil abre inscrições para Mestrado e Doutorado

Estão abertas as inscrições para o Programa de Pós-Graduação (PPGD) em Direito no UniBrasil Centro Universitário. Ao todo estão sendo ofertadas 20 vagas para o Mestrado e 10 para o Doutorado na área de concentração: Direitos Fundamentais e Democracia.

As inscrições para o Programa, avaliado com nota 4 pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, podem ser realizadas pelo site <http://www.unibrasil.com.br/cursos/mestrado-e-doutorado/>.

O Programa em Direitos Fundamentais e Democracia possui duas linhas de pesquisa: “Constituição e Condições Materiais da Democracia” e “Jurisdição e Democracia”.

Candidatos

Podem participar do processo seletivo do Mestrado os bacharéis em direito ou áreas afins e, do Doutorado, os mestres em direito ou áreas afins. Estrangeiros com diplomas equivalentes obtidos no exterior, também podem se inscrever desde que estejam em situação regular no Brasil. Todos os participantes devem apresentar um projeto de pesquisa coerente a área de concentração de uma das linhas de pesquisa do Programa.

Processo Seletivo

O Processo Seletivo do PPGD, possui quatro etapas, sendo elas a inscrição e apresentação da documentação do candidato; avaliação escrita; avaliação oral perante uma banca de seleção; além de um exame de proficiência em língua estrangeira.

Serviço

Inscrições abertas até 21 de fevereiro

PPGD UniBrasil

Secretária – bloco 6

Endereço: Rua Konrad Adenauer, nº 442, Tarumã

Mais informações: <http://www.unibrasil.com.br/cursos/mestrado-e-doutorado>

topo ↕

PORTAL DO AGRONEGÓCIO - TEMPO REAL

APTA e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores Nova gestão quer integrar Institutos com outras unidades da SAA e realizar um planejamento estratégico das pesquisas

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e cinco de seus seis Institutos de pesquisa têm novos diretores. Antonio Batista Filho foi nomeado como coordenador da APTA pelo secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Gustavo Junqueira. Batista Filho assumiu a nova função no lugar de Orlando Melo de Castro, que esteve à frente da coordenadoria desde 2008. A diretoria-geral do Instituto Agrônômico (IAC-APTA) foi assumida por Marcos Antonio Machado, no Instituto Biológico (IB-APTA) por Ana Eugênia de Carvalho Campos, no Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL-APTA) por Eloísa Garcia, no Instituto de Pesca (IP-APTA) por Vander Bruno dos Santos e no Instituto de Zootecnia (IZ-APTA) por Luiz Marques da Silva Ayroza.

Segundo o novo coordenador, que até então era diretor-geral do IB, a orientação é que a APTA e suas unidades de pesquisa trabalhem de forma integrada com os demais órgãos da Secretaria de Agricultura, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) e Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro).

"Atuaremos de forma integrada com todos os órgãos da Secretaria a fim de promover a inovação no campo. Vamos também trabalhar para adequar as linhas de pesquisa dos Institutos e APTA Regional, priorizando aquilo que é estratégico para o agronegócio paulista", afirma Batista Filho.

De acordo com Junqueira, a ideia é ter uma integração total e engajamento dos institutos com as demais áreas de atuação da Secretaria de Agricultura, utilizando a experiência e a inteligência de cada um para construir um desenvolvimento rural sustentado. O secretário de Agricultura defende que seja feito um planejamento para que os Institutos de pesquisa tenham uma visão de longo prazo. "Ao longo do tempo fomos diminuindo a visão do longo prazo, desenvolvendo trabalhos para os problemas que foram aparecendo e perdendo essa perspectiva de qual é a nossa missão, onde devemos chegar. O mundo mudou e está mudando em velocidade e, por isso, temos que pensar o que será consumido de produtos agropecuários e alimentos em 30 anos e em como a sociedade estará organizada. A grande questão é olhar a longo prazo e trabalhar no presente, respeitando o passado", afirma.

Conheça o currículo do novo coordenador e diretores.

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA)
Antonio Batista Filho possui graduação em engenharia agrônômica pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), mesma instituição em que recebeu os títulos de mestre e doutor na área de entomologia com especialização em controle biológico de pragas. Iniciou sua carreira como pesquisador científico no Instituto Biológico em 07 de novembro de 1983, local em que também foi chefe da Seção de Controle Biológico das Pragas (1991-1993), chefe da Estação Experimental de Campinas (1994-1998), diretor do Centro Experimental (1998-2003) e diretor-geral (2004-2018).

Com vasta experiência científica em controle biológico de pragas e doenças, é responsável por disciplinas na área em cursos de pós-graduação no Instituto Biológico e na Universidade Estadual Paulista (Unesp-Botucatu). Desde 2007 é membro do Conselho Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio). É revisor dos periódicos científicos *Summa Phytopathologica*, desde 2008, e da *Revista Citrus R&T*, desde 2010. É consultor "ad hoc" da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da *Revista Colombiana de Entomologia*. Faz parte do Comitê de Consultores da *Revista Ciência Rural*, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. Seus trabalhos científicos e na direção do Instituto Biológico lhe renderam quatro prêmios e homenagens.

Instituto Agrônomo (IAC)

Marcos Antonio Machado foi diretor do Centro de Citricultura "Sylvio Moreira" do IAC de 17 de maio de 2003 a 1º de agosto de 2018, quando se tornou diretor-técnico do Centro de Programação de Pesquisa do IAC. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Brasília, em 1978, tem mestrado em Fisiologia Vegetal pela Universidade Federal de Viçosa, em 1981, e doutorado em Agronomia, pela Justus Liebig Universität, Giessen, na Alemanha, em 1987. Além das atividades no IAC, coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Genômica Comparativa e Funcional e Melhoramento Assistido de Citros (INCT II), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. É membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Comitê Assessor do CNPq na área de Biotecnologia. Participa como orientador de mestrado e doutorado em cursos de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas áreas de genética, biologia molecular e biologia funcional e molecular; e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), na área de genética.

Instituto Biológico (IB)

Ana Eugênia de Carvalho Campos é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com mestrado e doutorado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). É pesquisadora científica do Instituto Biológico desde 1997, local em que ocupou o cargo de diretora-geral substituta (2008-2018) e diretora do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) (2016-2018). É docente do curso de Pós-Graduação em Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio do IB e é vice-coordenadora do curso de Especialização em Entomologia Urbana (Unesp/Instituto Biológico). Tem experiência no ensino e pesquisa em entomologia urbana e orienta trabalhos com pragas, especialmente formigas.

Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL)

Eloísa Garcia é engenheira de alimentos e mestre em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo em seu currículo diversos cursos complementares no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Japão. É pesquisadora científica do ITAL desde 1983, tendo atuado como Gerente Técnico dos Grupos de Embalagens Plásticas e de Meio Ambiente no Centro de Tecnologia de Embalagens (CETEA) de 1995 até 2018, paralelo ao cargo de vice-diretora do Instituto (2014-2019). Na área científica, especializou-se em embalagens plásticas, com vasta experiência em pesquisa e assistência tecnológica nas áreas de desenvolvimento de embalagem, de avaliação do potencial de interação embalagem/produto e sobre

legislação de embalagem e segurança de alimentos. Coordenou estudos de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) de materiais e embalagens e projetos de desenvolvimento de produtos com menor impacto ambiental.

Instituto de Pesca (IP)

Vander Bruno dos Santos é graduado em zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com especialização em questão ambiental pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Presidente Prudente), mestrado e doutorado em produção animal pela UFLA e pós-doutorado em biologia celular e estrutural pela Unesp-Botucatu. Foi assistente de Ação Regional do Instituto de Pesca (2015-2019). Tem experiência científica na área de zootecnia, com ênfase em piscicultura, atuando em resíduos agrícolas, crescimento animal, crescimento compensatório, crescimento tecidual, fibras musculares, adipócitos, tilápia, pacu, piracanjuba, morfometria, alometria, composição química e expressão de fatores regulatórios miogênicos.

Instituto de Zootecnia (IZ)

Luiz Marques da Silva Ayroza é graduado em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (1985). Doutor em Aquicultura pela Universidade Estadual Paulista, (Unesp-Jaboticabal) (2009). É pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) desde 1987. Tem experiência na área de aquicultura, com ênfase em sistemas de produção de peixes de água doce, desenvolvendo trabalhos principalmente com os seguintes temas: piscicultura, sistema de criação de tilápias em tanques-rede e viveiros escavados. Foi diretor-geral do Instituto de Pesca (IP-APTA) de outubro de 2015 a janeiro de 2019. Atualmente, é presidente da Comissão Técnica de Agronegócios do Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. É membro do Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia (CRMV/Z) e atua como consultor técnico na elaboração de projetos de criação e de regularização e licenciamento ambiental de aquicultura.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Sisu : aluno tem até 4 de fevereiro para comparecer à instituição

Começou hoje (30) o prazo de matrícula dos selecionados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Os estudantes têm até o dia 4 de fevereiro para comparecerem às instituições de ensino. Os estudantes devem estar atentos aos dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em seu edital próprio.

Quem tiver o interesse e preencher os requisitos pode pleitear assistência estudantil para cobrir custos como transporte e moradia. Segundo o Ministério da Educação (MEC), os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições, por isso os candidatos devem buscar informações sobre os programas existentes na própria instituição de ensino.

O resultado do Sisu está disponível desde o dia 28, na página do programa.

Os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso podem integrar a lista de espera do programa. O prazo para que isso seja feito vai até o dia 5 de fevereiro.

A adesão pode ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição.

Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Prefeituras de MG decidem iniciar ano letivo só depois do carnaval

Decisão de retomar as aulas em março foi oficializada em várias regiões do Estado

FRANCA (SP) - Prefeituras de Minas Gerais resolveram acatar a recomendação da Associação Mineira de Municípios (AMM) para iniciar o ano letivo somente após o carnaval. Diversas regiões já oficializaram a decisão. O argumento é o atraso nos repasses por parte do governo estadual.

Nesta terça-feira, 29, as prefeituras do Triângulo Mineiro e do Vale do Paranaíba aderiram à sugestão. Em encontro organizado pela Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (Amvap), que representa 22 prefeituras, ficou resolvido que as escolas de ensino fundamental e infantil iniciarão o ano letivo somente no dia 11 de março.

A reunião foi em Uberlândia, segunda maior cidade de Minas. Também participaram representantes de Araguari, Centralina, Campina Verde, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo e outros municípios.

Sobre o prejuízo para os alunos, as prefeituras alegam que pior seria reabrir as escolas sem ter dinheiro para pagar funcionários, fornecedores e custear serviços como o da merenda. "Essa é uma decisão política e econômica", diz o presidente da Amvap e prefeito de Canápolis (MG), Ualisson Carvalho Silva.

"Não adianta iniciar as aulas e não conseguir dar continuidade logo mais. O que buscamos é qualidade no ensino sem aulas interrompidas lá na frente", justifica. Na região, o atraso nos repasses do Estado envolvendo recursos como os do ICMS, IPVA e Fundeb somam R\$ 471 milhões.

Outros municípios

No norte de Minas, em reunião na última sexta-feira, 25, os municípios também decidiram reiniciar as aulas em março - isso se o governo regularizar o repasse do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico (Fundeb) e do transporte escolar. Caso contrário, os alunos voltarão às escolas apenas em abril.

A decisão de adiar as aulas para depois do carnaval também já foi referendada por municípios de regiões como o noroeste mineiro e o Médio São Francisco. Mas em

algumas localidades foi definida uma data alternativa. É o caso de Juiz de Fora, que de 7 de fevereiro, mudou para 18 de fevereiro o início do ano letivo. A prefeitura tem R\$ 200 milhões em atraso.

Prazo

O governo divulgou comunicado para dizer que na rede estadual "em respeito a toda comunidade escolar" está mantido "o início do ano letivo de 2019 no dia 7 de fevereiro". Alega ainda que "para garantir o funcionamento das escolas neste início de ano e honrar com seus compromissos" repassou R\$ 48,7 milhões para a educação.

"Além disso, esta gestão regularizou os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do exercício do ano 2019", diz.

O governador Romeu Zema (Novo), em reunião com representantes de prefeituras em Varginha na última quinta-feira, 24, prometeu regularizar os repasses até o início de fevereiro. Na ocasião, ele reclamou de ter assumido "um governo falido, desorganizado, com situação muito mais grave do que os números demonstravam".

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC confirma censura e erra ao dizer que vídeos saíram do ar na gestão passada

Lembra que, na terça-feira, a coluna publicou que o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) - sob a aba do Ministério da Educação - tirou do ar vídeos da "TV Ines" que contavam a história de personagens como Karl Marx, Friedrich Engels, Marilena Chauí, Antonio Gramsci e Friedrich Nietzsche?

Pois bem. Na noite desta quarta, o MEC divulgou nota em que confirma a censura, afirma que o Ines "abriu sindicância" para apurar o sumiço dos vídeos, mas que "a apuração preliminar já identificou, entretanto que os vídeos foram retirados em abril e em novembro de 2018. O que demonstra que a nota publicada na coluna do Ancelmo Gois, no jornal O Globo do dia 29 de janeiro de 2019, é tanto falsa quanto maldosa, ao atribuir a responsabilidade ao ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, que só assumiu o ministério, em janeiro deste ano".

Só que...

Os vídeos ainda estavam no ar no mínimo até 2 de janeiro deste ano.

Veja abaixo as provas.

O que a coluna fez foi consultar o cache do Google. É um tipo de "histórico" onde é possível ver versões anteriores de uma página. Veja abaixo por exemplo que, em 2 de janeiro, ainda estava no ar o vídeo sobre Marx e, em 1 de janeiro, ainda constava o de Nietzsche.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prouni 2019 abre inscrições para número recorde de bolsas de estudos

São mais de 243 mil vagas, o maior número desde o início do programa, segundo o MEC; para concorrer é preciso ter feito o Enem 2018 e cumprir outros requisitos do programa.

A edição do primeiro semestre de 2019 do Programa Universidade para Todos (Prouni) abriu na madrugada desta quinta-feira (31) o período de inscrições para candidatos do

CLIPPING



Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018 concorrerem a bolsas de estudo integrais e parciais em universidades privadas do Brasil.

Para se candidatar às bolsas é necessário acessar o site do programa. As inscrições terminam às 23h59 deste domingo (3).

Nesta edição, são oferecidas 243.888 bolsas de estudo, um recorde histórico desde o início do programa, em 2005, segundo o Ministério da Educação. Desse total, 116.813 são bolsas integrais e 127.075 são parciais, distribuídas em 1.239 instituições de educação superior de todo o país.

O MEC decidiu alterar as datas de inscrições do Sisu, Prouni e Fies depois de instabilidades no sistema do Sisu 2019. Antes, o prazo final estava previsto para 01/02. Agora, a inscrição estará disponível até às 23h59 do dia 03 de fevereiro. Confira o calendário completo deste semestre:

Datas do Prouni 2019

Início das inscrições: 31 de janeiro

Fim das inscrições: 3 de fevereiro (às 23h59)

Primeira chamada: 6 de fevereiro

Entrega dos documentos para garantir a matrícula: 6 a 14 de fevereiro

Segunda chamada: 20 de fevereiro

Entrega dos documentos para garantir a matrícula: 20 a 27 de fevereiro

Adesão à lista de espera: 7 e 8 de março

Resultado da lista de espera: 11 de março

O que é o Prouni?

É um programa que disponibiliza bolsa integrais e parciais para estudantes brasileiros que não possuem diploma de nível superior. As vagas são oferecidas para cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas do Brasil.

Cada candidato pode selecionar até duas opções de curso durante o período de inscrições pela internet.

Ao final da seleção, os candidatos aprovados devem levar até as instituições os documentos para comprovar que atendem os requisitos de bolsistas.

Quem pode se inscrever?

O candidato precisa ter feito o Enem 2018 e não pode ter um diploma do ensino superior. Também é preciso se enquadrar em um dos seguintes critérios de renda:

Bolsas integrais: renda familiar bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo

Bolsas parciais: renda familiar bruta mensal per capita de até 3 salários mínimos

Além disso, é preciso se encaixar em pelo menos uma das seguintes situações:

ter cursado o ensino médio completamente em escola pública

ter cursado o ensino médio completamente em escola privada, desde que na condição de bolsista integral

ter cursado o ensino médio parcialmente em escola privada, desde que na condição de bolsista integral

ser portador de uma deficiência

ser professor do quadro permanente de uma escola pública (nesse caso, o critério de renda familiar não se aplica)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pará possui mais de 7 mil bolsas no ProUni para o primeiro semestre de 2019. As inscrições começam na quinta-feira, 31, e acabam no dia 3 de fevereiro, às 23h59 (horário de Brasília).

O Ministério da Educação liberou a consulta das bolsas disponíveis do Programa Universidade para Todos (ProUni) nas instituições participantes do processo seletivo do primeiro semestre de 2019. No Pará, o ProUni oferta 7.019 bolsas, sendo 4.019 integrais e 3 mil parciais.

O candidato pode pesquisar as bolsas ofertadas por curso, instituição ou município no site do programa. As inscrições começam na quinta-feira (31) e acabam no dia 3 de fevereiro, às 23h59 (horário de Brasília).

Podem se inscrever no processo seletivo do ProUni estudantes brasileiros que cursaram o ensino médio completo em escola da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola, ou ser pessoa com deficiência; que não tenham diploma superior e tenham participado do Enem 2018, obtendo 450 pontos, no mínimo; na média das notas e não ter tirado zero em redação.

Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Já para as bolsas parciais, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Além dos estudantes, professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrante de quadro de pessoal permanente de instituição pública, também podem concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura pelo ProUni. Não há a necessidade de comprovação de renda.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UEA abre inscrições para especialização em Epidemiologia e Vigilância em Saúde

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) abre inscrições para a Especialização de Vigilância em Saúde e Epidemiologia Aplicada à Saúde Coletiva. São disponibilizadas 100 vagas. Podem participar do exame de seleção graduados na área de saúde ou afins. Somente serão considerados diplomas e certificados conferidos na forma da legislação vigente.

As inscrições já estão abertas e vão até 15 de fevereiro na secretaria da pós-graduação da Escola Superior de Ciências Sociais (ESA), localizada na Av. Carvalho Leal, nº. 1777, Cachoeirinha, para os residentes de Manaus e por email posvigilancia.epidemiologia.esa@gmail.com para os demais municípios. A inscrição é gratuita e os documentos obrigatórios estão no edital em anexo.

O curso tem carga horária de 430 horas e a duração de 14 meses. A composição curricular do curso encontra-se composta por carga horária de 430 horas, com o oferecimento dos componentes curriculares de forma modular ministrado pela modalidade de Ensino a Distância (EAD).

O aluno, obrigatoriamente, participará de 3 encontros presenciais. Os dois primeiros ocorrerão em municípios polo, a se definir a partir do perfil dos alunos inscritos. Tais municípios deverão possuir unidade acadêmica da UEA. Já o terceiro acontecerá em Manaus, na ESA. Os cursos com o deslocamento e hospedagem do município solo onde ocorrerão os momentos presenciais serão de responsabilidade do aluno.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

RN tem 1.623 bolsas disponíveis no Prouni para primeiro semestre de 2019
No total, esta edição do Programa oferta 243.888 bolsas em todo o país, sendo 116.813 integrais e 127.075 parciais.

A partir desta quarta-feira (30), estudantes que desejam ingressar no ensino superior por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) poderão consultar as bolsas disponíveis e as instituições participantes do processo seletivo do primeiro semestre de 2019. No estado do Rio Grande do Norte, são ofertadas 1.623 bolsas, sendo 1.152 integrais e 471 parciais. No total, esta edição do ProUni oferta 243.888 bolsas em todo o país, sendo 116.813 integrais e 127.075 parciais, em 1.239 instituições de educação superior no Brasil. Segundo o Ministério da Educação, esta é a maior oferta de vagas da história do ProUni, desde sua criação, em 2005.

As inscrições começam na quinta-feira (31) e acabam às 23h59 do dia 3 de fevereiro, seguindo o horário oficial de Brasília. A consulta pública de bolsas do Prouni está disponível na página do programa na internet. O estudante poderá pesquisar as bolsas ofertadas por curso, instituição ou município.

Podem se inscrever no processo seletivo do ProUni estudantes brasileiros sem diploma de curso superior e que tenham participado do Enem 2018, tendo obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame e nota superior a zero na redação. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Já para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Além disso, os estudantes devem satisfazer a pelo menos uma das seguintes condições para participar do programa: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola; ser pessoa com deficiência; ou ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrante de quadro de pessoal permanente de instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Neste último caso, não é necessário comprovar renda.

Programa

O ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Desde que foi criado há mais de uma década, o programa oferece, em contrapartida, isenção de tributos às instituições que aderem ao programa.

O programa conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência e o Fundo de Financiamento Estudantil (Novo Fies), que possibilita ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. O ProUni já atendeu mais de 2,47 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF diz que processo sobre fracionamento de vagas na UFPA continua na Justiça Federal em Belém

Após obter recurso junto ao TRF1, a instituição divulgou o listão dos aprovados na terça, 29, mesmo sem acordo com o MPF.

Por G1 PA — Belém

O Ministério Público Federal (MPF) publicou uma nota na noite nesta quarta-feira (30) dizendo que a ação judicial, que discute o processo seletivo 2019 da Universidade Federal do Pará (UFPA), terá prosseguimento na Justiça Federal em Belém.

A ação questiona o critério de fracionamento de vagas para alguns cursos da instituição. Na terça, o Tribunal Regional da 1ª Região (TRF1), em Brasília, autorizou a instituição a divulgar o listão de aprovados.

"O fracionamento de vagas prejudica candidatos porque permite que alunos com notas maiores sejam excluídos em favor dos que tiveram classificação pior. A UFPA não aceitou um acordo para que a demanda fosse resolvida antecipadamente, em audiência de conciliação realizada no último dia 28 e preferiu recorrer à segunda instância, em Brasília, para divulgar a lista de aprovados", diz a nota.

Segundo o MPF, após a divulgação dos aprovados, alunos que se sentiram prejudicados já estão procurando o MPF com dúvidas. O órgão informou que registros de reclamações a respeito podem ser feitas nas sedes do MPF ou pelo aplicativo gratuito SAC MPF, disponível para celular.

O anúncio do listão foi feito na noite de segunda-feira (28), após uma audiência. Segundo a UFPA, o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, acatou o recurso da instituição e suspendeu a liminar que impedia a divulgação do resultado. Na decisão, Ribeiro afirma a legalidade do edital e autoriza a UFPA a publicar o resultado.

Para garantir a divulgação dos aprovados, a UFPA apresentou um recurso ao TRF1 contra a decisão liminar, que segundo o MPF não discute o mérito da ação civil. De acordo com a ação, a UFPA fracionava a entrada em três cursos desde 2015 e passou a ocorrer em 16 a partir de 2019, incluindo engenharia, medicina, direito e odontologia.

No processo, que corre em primeira instância, a UFPA possui prazo de 60 dias úteis para apresentar contestação aos argumentos do MPF.

Entenda o caso

Uma ação do MPF vetou a divulgação do listão de aprovados no processo seletivo 2019 da UFPA. No entendimento do MPF o fracionamento de vagas pela UFPA pode

prejudicar os candidatos.

De acordo com o novo fracionamento de vagas feito pela Universidade, cada estudante deveria optar por uma das turmas disponíveis durante a inscrição. Segundo o MP, isso possibilita que estudantes sejam excluídos apenas por terem escolhido uma turma mais concorrida; enquanto na segunda turma, outros sejam aprovados com notas inferiores.

Em nota, a UFPA disse recebeu a decisão liminar na segunda e que a ação foi motivada por questionamento do edital 05/2018-PS 2019, sobre os requisitos para a inscrição de candidatos. A UFPA informou que está avaliando o teor da decisão e que tomará as providências cabíveis, "respeitando o ordenamento jurídico".

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Sem experiência, defensora do ensino domiciliar assume pasta na educação Maria Eduarda Mostaço não tem atuação em sala de aula ou formação acadêmica na área da educação e defendeu ensino domiciliar em TCC

São Paulo – Sem atuação em sala de aula ou formação acadêmica na área da educação, Maria Eduarda Manso Mostaço, de 27 anos, foi nomeada coordenadora-geral de formação de professores da recém-criada Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC). Formada em Direito, ela é defensora da regulamentação do ensino domiciliar no País – que foi colocada como meta prioritária pelo governo de Jair Bolsonaro para os 100 primeiros dias de gestão.

A nomeação foi publicada nesta quarta-feira, 30. Maria Eduarda é de Londrina, onde cursou a graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), mesma cidade de Carlos Francisco Nadalin, que vai chefiar a Secretaria de Alfabetização. Dono de uma escola chamada Mundo do Balão Mágico, ele também é defensor da educação domiciliar, o homeschooling.

Servidores do MEC estranharam a nomeação de uma pessoa sem experiência na área para um cargo que exige conhecimento técnico. Ela será coordenadora da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores, que é quem faz a articulação com Estados e municípios para a implementação de programas e políticas.

Os últimos a ocuparem cargos semelhantes na coordenação de programas de formação de professores tinham especialização na área da educação.

A ligação de Maria Eduarda com a área da educação foi em seu trabalho de conclusão de curso (TCC) na graduação em Direito, em que defendeu o ensino domiciliar. “Homeschooling: uma possibilidade constitucional face ao declínio da educação escolar no Brasil”, era o nome do trabalho apresentado em 2015.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Defensora do ensino domiciliar é nomeada para coordenação no MEC

Sem atuação em sala de aula ou formação acadêmica na área da educação, Maria Eduarda Manso Mostaço, de 27 anos, foi nomeada coordenadora-geral de formação de professores da recém-criada Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC). Formada em Direito, ela é defensora da regulamentação do ensino domiciliar no País – que foi colocada como meta prioritária pelo governo de Jair Bolsonaro para os

100 primeiros dias de gestão.

A nomeação foi publicada nesta quarta-feira, 30. Maria Eduarda é de Londrina, onde cursou a graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), mesma cidade de Carlos Francisco Nadalim, que vai chefiar a Secretaria de Alfabetização. Dono de uma escola chamada Mundo do Balão Mágico, ele também é defensor da educação domiciliar, o homeschooling.

Servidores do MEC estranharam a nomeação de uma pessoa sem experiência na área para um cargo que exige conhecimento técnico. Ela será coordenadora da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores, que é quem faz a articulação com Estados e municípios para a implementação de programas e políticas.

Os últimos a ocuparem cargos semelhantes na coordenação de programas de formação de professores tinham especialização na área da educação.

A ligação de Maria Eduarda com a área da educação foi em seu trabalho de conclusão de curso (TCC) na graduação em Direito, em que defendeu o ensino domiciliar. “Homeschooling: uma possibilidade constitucional face ao declínio da educação escolar no Brasil”, era o nome do trabalho apresentado em 2015.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Inscrições para o ProUni começam nesta quinta-feira

Os resultados da primeira chamada serão divulgados no dia 6 de fevereiro, e os da segunda chamada, no dia 20 de fevereiro, segundo calendário do MEC

As inscrições para o ProUni (Programa Universidade para Todos) começam nesta quinta-feira (31). Os resultados da primeira chamada serão divulgados no dia 6 de fevereiro.

A dica do analista de Ensino Superior do Quero Bolsa, Pedro Amâncio, é selecionar as instituições de ensino, levando em consideração tanto a nota de corte quanto a distância e o custo de vida para estudar nelas. Os estudantes podem ainda começar a reunir a documentação necessária para a aprovação da concessão da bolsa. “Muitos alunos acabam perdendo a bolsa por não ler direito o edital. Eles têm que ter documento que valide as informações prestadas”, diz.

Para verificar a possibilidade de ser aprovado, o Quero Bolsa oferece, gratuitamente, um simulado com as notas de corte de cada curso em edições anteriores do ProUni. Os estudantes podem, por meio dele, verificar se a nota que obtiveram no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) é suficiente para conseguir uma das bolsas.

Depois de fazer a inscrição, os estudantes devem ficar atentos à página do ProUni porque nela serão divulgadas as notas de corte. Tratam-se de estimativas feitas com as inscrições realizadas até então. Não são garantia de vaga, mas podem orientar a escolha, segundo o diretor do Centro de Ensino Médio 404, em Santa Maria, no Distrito Federal, Felipe de Lemos Cabral.

“O candidato tem que ficar atento o tempo todo. Ele tem direito a colocar duas opções de curso e a possibilidade de trocar enquanto a inscrição estiver aberta”, afirma. “Como

a nota de corte varia muito, é difícil falar em uma quantidade de pontos suficientes para que o estudante entre no curso. Se estiver abaixo da nota de corte, já está correndo risco de ficar de fora”, acrescenta.

Cabral é também coordenador pedagógico do cursinho popular Emancipa DF, cujo foco é a preparação para o Enem. Em março, o curso que é gratuito e oferecido em escolas públicas de Planaltina, Santa Maria e Ceilândia, regiões administrativas do Distrito Federal, abre as inscrições.

Calendário

As inscrições para o ProUni poderão ser feitas de 31 de janeiro a 3 de fevereiro. Os resultados da primeira chamada serão divulgados no dia 6 de fevereiro. Os da segunda chamada, no dia 20 de fevereiro.

O candidato pré-selecionado na primeira chamada deverá comparecer à instituição para comprovar as informações prestadas em sua inscrição e eventual participação em processo seletivo próprio da instituição, quando for o caso, de 6 a 14 de fevereiro. Os pré-selecionados na segunda chamada, de 20 a 27 de fevereiro.

O registro da aprovação ou reprovação dos candidatos no Sistema Informatizado do Prouni e a emissão dos respectivos termos de Concessão de Bolsa ou termos de Reprovação pelas instituições de ensino deverão ser feitos entre os dias 6 a 18 de fevereiro para os selecionados na primeira chamada e entre 20 de fevereiro e 1º de março para os selecionados na segunda chamada.

Quem pode participar

O ProUni oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. O programa é voltado àqueles que fizeram o Enem de 2018, alcançaram no mínimo 450 pontos e tiraram nota superior a zero na redação.

Além disso, só podem participar alunos brasileiros sem curso superior e que tenham feito o ensino médio completo na rede pública ou como bolsista integral na rede privada, alunos que fizeram parte do ensino médio na rede pública e a outra parte na rede privada, na condição de bolsista ou que sejam deficientes físicos.

As bolsas integrais são voltadas àqueles com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. As bolsas parciais de 50% são destinadas aos alunos que têm renda familiar per capita de até três salários mínimos. Professores da rede pública de ensino também podem concorrer a bolsa e não precisam atender aos critérios de renda.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Defensora do ensino domiciliar é nomeada para coordenar formação de professores no MEC

Formada em Direito, Maria Eduarda Mostaço defende homeschooling como possibilidade diante do declínio da educação no Brasil

SÃO PAULO - Sem atuação em sala de aula ou formação acadêmica na área da educação, Maria Eduarda Manso Mostaço, de 27 anos, foi nomeada coordenadora-geral de formação de professores da recém-criada Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC). Formada em Direito, ela é defensora da regulamentação do ensino domiciliar no País - que foi colocada como meta prioritária pelo governo de Jair

Bolsonaro para os 100 primeiros dias de gestão.

A nomeação foi publicada nesta quarta-feira, 30. Maria Eduarda é de Londrina, onde cursou a graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), mesma cidade de Carlos Francisco Nadalim, que vai chefiar a Secretaria de Alfabetização. Dono de uma escola chamada Mundo do Balão Mágico, ele também é defensor da educação domiciliar, o homeschooling.

Servidores do MEC estranharam a nomeação de uma pessoa sem experiência na área para um cargo que exige conhecimento técnico. Ela será coordenadora da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores, que é quem faz a articulação com Estados e municípios para a implementação de programas e políticas.

Os últimos a ocuparem cargos semelhantes na coordenação de programas de formação de professores tinham especialização na área da educação.

A ligação de Maria Eduarda com a área da educação foi em seu trabalho de conclusão de curso (TCC) na graduação em Direito, em que defendeu o ensino domiciliar. "Homeschooling: uma possibilidade constitucional face ao declínio da educação escolar no Brasil", era o nome do trabalho apresentado em 2015.

